Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 8

Demonstração do Fluxo de Caixa 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017 11

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016 12

Demonstração do Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 14

Balanço Patrimonial Passivo 15

Demonstração do Resultado 17

Demonstração do Resultado Abrangente 19

Demonstração do Fluxo de Caixa 20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017 22

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016 23

Demonstração do Valor Adicionado 24

Comentário do Desempenho 25

Notas Explicativas 31

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 87

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 91

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 92

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 93

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	775.175
Preferenciais	1.192.210
Total	1.967.385
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Dividendo	25/05/2017	Ordinária		0,01755
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Dividendo	25/05/2017	Preferencial		0,01755
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	25/05/2017	Ordinária		0,03049
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	25/05/2017	Preferencial		0,03049
Reunião do Conselho de Administração	05/05/2017	Dividendo	25/05/2017	Ordinária		0,06777
Reunião do Conselho de Administração	05/05/2017	Dividendo	25/05/2017	Preferencial		0,06777

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	5.148.969	4.099.579
1.01	Ativo Circulante	1.864.542	776.479
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	200.389	72.086
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.379.026	505.531
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.379.026	505.531
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.379.026	505.531
1.01.03	Contas a Receber	231.076	151.817
1.01.03.01	Clientes	231.076	146.897
1.01.03.01.01	Consumidores, Revendedores e Contas a Receber	231.076	146.897
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	4.920
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	0	4.920
1.01.06	Tributos a Recuperar	44.464	44.346
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	44.464	44.346
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	43.835	23.378
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	629	20.968
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.140	683
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.447	2.016
1.01.08.03	Outros	4.447	2.016
1.01.08.03.02	Ganhos não Realizados em Operações de Hedge	1.060	0
1.01.08.03.03	Outros Créditos	3.387	2.016
1.02	Ativo Não Circulante	3.284.427	3.323.100
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	169.200	177.942
1.02.01.03	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.03.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.06	Tributos Diferidos	150.293	159.665
1.02.01.06.04	Tributos a Recuperar	150.293	159.665
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.832	5.202
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	4.726	4.465
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	625	698
1.02.01.09.08	Ganhos não Realizados em Operações de Hedge	454	0
1.02.01.09.09	Outros Créditos	27	39
1.02.02	Investimentos	4.362	0
1.02.02.01	Participações Societárias	4.362	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.362	0
1.02.03	Imobilizado	3.064.947	3.089.307
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.954.378	2.946.768
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	2.957.060	2.949.450
1.02.03.01.02	Obrigações Especiais	-4.781	-4.781
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	629	600
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	109.940	141.939
1.02.04	Intangível	45.918	55.851
1.02.04.01	Intangíveis	45.918	55.851
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	33.639	34.973
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	12.279	20.878

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	5.148.969	4.099.579
2.01	Passivo Circulante	1.494.494	827.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.112	22.271
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.112	22.271
2.01.02	Fornecedores	439.369	411.782
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	439.369	411.782
2.01.03	Obrigações Fiscais	91.402	63.404
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	88.341	61.087
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	81.041	49.220
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	7.300	11.867
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.822	1.857
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	239	460
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	918.461	255.776
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	899.989	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	899.989	0
2.01.04.02	Debêntures	18.095	255.461
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	377	315
2.01.05	Outras Obrigações	21.985	73.141
2.01.05.02	Outros	21.985	73.141
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.493	52.569
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	13.962	18.227
2.01.05.02.07	Passivos Ambientais	1.609	1.562
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	4.921	783
2.01.06	Provisões	1.165	1.571
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.165	1.571
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	1.165	1.571
2.02	Passivo Não Circulante	2.026.115	1.693.535
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.494.596	1.190.794
2.02.01.02	Debêntures	1.494.285	1.190.461
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	311	333
2.02.02	Outras Obrigações	39.990	36.965
2.02.02.02	Outros	39.990	36.965
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	9.067	7.981
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	16.589	16.769
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	301	154
2.02.02.02.11	Passivos Ambientais	8.783	8.276
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	5.250	3.785
2.02.03	Tributos Diferidos	416.792	393.757
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	416.792	393.757
2.02.04	Provisões	74.737	72.019
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	74.737	72.019
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	74.737	72.019
2.03	Patrimônio Líquido	1.628.360	1.578.099
2.03.01	Capital Social Realizado	416.646	416.646
2.03.02	Reservas de Capital	198.204	198.072
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	186.570	186.570

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.229	2.097
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	73.425	107.953
2.03.04.01	Reserva Legal	73.425	73.425
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	34.528
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	112.305	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	830.070	858.717
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.290	-3.289
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Atuarial	-3.289	-3.289
2.03.08.02	Hedge de Fluxo de Caixa	999	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	397.604	800.770	412.061	795.213
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-224.800	-406.088	-208.335	-455.180
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-68.302	-111.370	-75.475	-173.514
3.02.03	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-29.481	-59.239	-25.381	-55.295
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.695	-3.390	-1.684	-3.429
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-11.995	-25.732	-18.797	-41.752
3.02.07	Pessoal e Administradores	-28.540	-54.926	-23.916	-46.623
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.055	-2.134	213	-313
3.02.09	Serviços de Terceiros	-20.414	-37.447	-18.068	-39.395
3.02.10	Material	-4.089	-6.396	-1.841	-3.765
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.083	-5.371	0	0
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-298	-241	-958	-1.437
3.02.16	Depreciação e Amortização	-41.158	-78.294	-38.052	-80.815
3.02.17	Outras Receitas e Despesas	-16.690	-21.548	-4.376	-8.842
3.03	Resultado Bruto	172.804	394.682	203.726	340.033
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-638	-638	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-638	-638	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	172.166	394.044	203.726	340.033
3.06	Resultado Financeiro	-31.181	-62.909	-47.788	-71.204
3.06.01	Receitas Financeiras	19.437	38.937	21.883	45.931
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.618	-101.846	-69.671	-117.135
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-48.771	-101.196	-74.384	-126.439
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-1.847	-650	4.713	9.304
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	140.985	331.135	155.938	268.829
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-50.007	-114.157	-52.830	-91.259
3.08.01	Corrente	-36.437	-82.266	-36.656	-67.442
3.08.02	Diferido	-13.570	-31.891	-16.174	-23.817
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	90.978	216.978	103.108	177.570

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	90.978	216.978	103.108	177.570
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,04624	0,11029	0,05241	0,09026
3.99.01.02	PN	0,04624	0,11029	0,05241	0,09026
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,04468	0,10656	0,04955	0,08533
3.99.02.02	PN	0,04468	0,10656	0,04955	0,08533

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	90.978	216.978	103.108	177.570
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-665	999	0	0
4.02.01	Ganhos não Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	-294	2.910	0	0
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre Hedge de Fluxo de Caixa	99	-990	0	0
4.02.03	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa no Período	-713	-1.396	0	0
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Realização de Headge de Fluxo de Caixa	243	475	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	90.313	217.977	103.108	177.570

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	337.306	218.247
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	414.913	337.742
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	216.978	177.570
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	85.888	79.482
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	1.334	1.333
6.01.01.05	Variação Monetária / Cambial	209	11.325
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.371	0
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	1.898	1.437
6.01.01.10	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	103.290	86.546
6.01.01.11	Despesas com Fundo de Pensão	1.742	407
6.01.01.12	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-38.730	-44.255
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	31.891	23.817
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	132	80
6.01.01.15	Baixa de Bens do Ativo	4.272	0
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	638	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	47.280	243.854
6.01.02.01	Consumidores, Revendedores, Concessionárias e Permissionárias	-89.550	-121.571
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	1.781	-24.478
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	20.412	59.082
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-4.457	-4.610
6.01.02.08	Contas a Receber de Partes Relacionadas	4.920	266.929
6.01.02.10	Outros Créditos	-1.359	-1.483
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-12	-745
6.01.02.12	Fornecedores	26.149	-11.371
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	82.266	86.668
6.01.02.16	Outros Tributos a Pagar	4.931	-7.494
6.01.02.19	Encargos Setoriais	-3.404	-539
6.01.02.20	Outras obrigações	5.603	3.466
6.01.03	Outros	-124.887	-363.349
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	-72.414	-82.509
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-69.030	-325.362
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-656	-792
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-600	-2.285
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	17.813	47.599
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-916.849	338.676
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-55.675	-57.973
6.02.02	Aumento de Capital em Controlada	-5.000	0
6.02.03	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-2.065.386	-2.602.951
6.02.04	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	1.209.155	3.000.016
6.02.05	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	57	-416
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	707.846	-556.819
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	1.900.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-218.924	-552.805
6.03.03	Imposto de Renda s/ Juros sobre Capital Próprio	-8.754	0
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-946.742	0
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debentures (Custos de Transação)	-17.536	-3.836
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-198	-178
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	128.303	104
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	72.086	558
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	200.389	662

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	132	-34.528	-133.320	0	-167.716
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	132	0	0	0	132
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-34.528	0	0	-34.528
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-133.320	0	-133.320
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	216.978	999	217.977
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	216.978	0	216.978
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	999	999
5.05.02.08	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	1.514	1.514
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Headge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-515	-515
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	28.647	-28.647	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	43.405	-43.405	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-14.758	14.758	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.204	73.425	112.305	827.780	1.628.360

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	80	-428.384	-89.381	0	-517.685
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	80	0	0	0	80
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-428.384	0	0	-428.384
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-89.381	0	-89.381
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	177.570	0	177.570
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	177.570	0	177.570
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	30.474	-30.474	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	46.173	-46.173	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-15.699	15.699	0
5.07	Saldos Finais	262.018	352.633	52.404	118.663	892.633	1.678.351

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	901.443	898.265
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	906.719	898.202
7.01.02	Outras Receitas	95	63
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.371	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-261.602	-300.289
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-194.561	-247.660
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-45.978	-43.160
7.02.04	Outros	-21.063	-9.469
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-21.063	-9.469
7.03	Valor Adicionado Bruto	639.841	597.976
7.04	Retenções	-87.222	-80.815
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-87.222	-80.815
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	552.619	517.161
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38.299	45.931
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-638	0
7.06.02	Receitas Financeiras	38.937	45.931
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	590.918	563.092
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	590.918	563.092
7.08.01	Pessoal	48.320	39.504
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.798	36.625
7.08.01.02	Benefícios	2.134	313
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.388	2.566
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	223.126	228.318
7.08.02.01	Federais	207.088	213.750
7.08.02.02	Estaduais	16.034	14.556
7.08.02.03	Municipais	4	12
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	102.494	117.700
7.08.03.01	Juros	101.846	117.136
7.08.03.02	Aluguéis	648	564
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	216.978	177.570
7.08.04.02	Dividendos	133.320	89.381
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	83.658	88.189

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	5.149.891	4.099.579
1.01	Ativo Circulante	1.869.826	776.479
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	200.467	72.086
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.383.639	505.531
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.383.639	505.531
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.383.639	505.531
1.01.03	Contas a Receber	231.466	151.817
1.01.03.01	Clientes	231.466	146.897
1.01.03.01.01	Consumidores, Revendedores e Contas a Receber	231.466	146.897
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	4.920
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	0	4.920
1.01.06	Tributos a Recuperar	44.658	44.346
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	44.658	44.346
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	43.848	23.378
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	810	20.968
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.140	683
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.456	2.016
1.01.08.03	Outros	4.456	2.016
1.01.08.03.02	Ganhos não Realizados em Operações de Hedge	1.060	0
1.01.08.03.03	Outros Créditos	3.396	2.016
1.02	Ativo Não Circulante	3.280.065	3.323.100
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	169.200	177.942
1.02.01.03	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.03.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.06	Tributos Diferidos	150.293	159.665
1.02.01.06.04	Tributos a Recuperar	150.293	159.665
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.832	5.202
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	4.726	4.465
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	625	698
1.02.01.09.08	Ganhos não Realizados em Operações de Hedge	454	0
1.02.01.09.09	Outros Créditos	27	39
1.02.03	Imobilizado	3.064.947	3.089.307
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.954.378	2.946.768
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	2.957.060	2.949.450
1.02.03.01.02	Obrigações Especiais	-4.781	-4.781
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	629	600
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	109.940	141.939
1.02.04	Intangível	45.918	55.851
1.02.04.01	Intangíveis	45.918	55.851
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	33.639	34.973
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	12.279	20.878

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	5.149.891	4.099.579
2.01	Passivo Circulante	1.495.745	827.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.857	22.271
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.857	22.271
2.01.02	Fornecedores	439.698	411.782
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	439.698	411.782
2.01.03	Obrigações Fiscais	91.562	63.404
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	88.488	61.087
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	81.041	49.220
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	7.447	11.867
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.822	1.857
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	252	460
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	918.461	255.776
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	899.989	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	899.989	0
2.01.04.02	Debêntures	18.095	255.461
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	377	315
2.01.05	Outras Obrigações	22.002	73.141
2.01.05.02	Outros	22.002	73.141
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.493	52.569
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	13.962	18.227
2.01.05.02.07	Passivos Ambientais	1.609	1.562
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	4.938	783
2.01.06	Provisões	1.165	1.571
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.165	1.571
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	1.165	1.571
2.02	Passivo Não Circulante	2.025.786	1.693.535
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.494.596	1.190.794
2.02.01.02	Debêntures	1.494.285	1.190.461
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	311	333
2.02.02	Outras Obrigações	39.990	36.965
2.02.02.02	Outros	39.990	36.965
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	9.067	7.981
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	16.589	16.769
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	301	154
2.02.02.02.11	Passivos Ambientais	8.783	8.276
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	5.250	3.785
2.02.03	Tributos Diferidos	416.463	393.757
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	416.463	393.757
2.02.04	Provisões	74.737	72.019
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	74.737	72.019
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	74.737	72.019
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.628.360	1.578.099
2.03.01	Capital Social Realizado	416.646	416.646
2.03.02	Reservas de Capital	198.204	198.072
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	186.570	186.570

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.229	2.097
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	73.425	107.953
2.03.04.01	Reserva Legal	73.425	73.425
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	34.528
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	112.305	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	830.070	858.717
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.290	-3.289
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Atuarial	-3.289	-3.289
2.03.08.02	Hedge de Fluxo de Caixa	999	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	399.391	802.557	412.061	795.213
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-227.620	-408.908	-208.335	-455.180
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-68.302	-111.370	-75.475	-173.514
3.02.03	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-29.481	-59.239	-25.381	-55.295
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.695	-3.390	-1.684	-3.429
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-11.995	-25.732	-18.797	-41.752
3.02.07	Pessoal e Administradores	-30.498	-56.884	-23.916	-46.623
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.066	-2.145	213	-313
3.02.09	Serviços de Terceiros	-21.216	-38.249	-18.068	-39.395
3.02.10	Material	-4.137	-6.444	-1.841	-3.765
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.083	-5.371	0	0
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-298	-241	-958	-1.437
3.02.16	Depreciação e Amortização	-41.158	-78.294	-38.052	-80.815
3.02.17	Outras Receitas e Despesas	-16.691	-21.549	-4.376	-8.842
3.03	Resultado Bruto	171.771	393.649	203.726	340.033
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	171.771	393.649	203.726	340.033
3.06	Resultado Financeiro	-31.114	-62.842	-47.788	-71.204
3.06.01	Receitas Financeiras	19.506	39.006	21.883	45.931
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.620	-101.848	-69.671	-117.135
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-48.773	-101.198	-74.384	-126.439
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-1.847	-650	4.713	9.304
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	140.657	330.807	155.938	268.829
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-49.679	-113.829	-52.830	-91.259
3.08.01	Corrente	-36.437	-82.266	-36.656	-67.442
3.08.02	Diferido	-13.242	-31.563	-16.174	-23.817
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	90.978	216.978	103.108	177.570
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	90.978	216.978	103.108	177.570
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	90.978	216.978	103.108	177.570

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,04624	0,11029	0,05241	0,09026
3.99.01.02	PN	0,04624	0,11029	0,05241	0,09026
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,04468	0,10656	0,04955	0,08533
3.99.02.02	PN	0,04468	0,10656	0,04955	0,08533

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	90.978	216.978	103.108	177.570
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-665	999	0	0
4.02.01	Ganhos não Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	-294	2.910	0	0
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre Hedge de Fluxo de Caixa	99	-990	0	0
4.02.03	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa no Período	-713	-1.396	0	0
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Realização de Headge de Fluxo de Caixa	243	475	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	90.313	217.977	103.108	177.570
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	90.313	217.977	103.108	177.570

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	336.959	218.247
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	413.891	337.742
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	216.978	177.570
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	85.888	79.482
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	1.334	1.333
6.01.01.05	Variação Monetária / Cambial	209	11.325
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.371	0
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	1.898	1.437
6.01.01.10	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	103.290	86.546
6.01.01.11	Despesas com Fundo de Pensão	1.742	407
6.01.01.12	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-38.786	-44.255
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	31.563	23.817
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	132	80
6.01.01.15	Baixa de Bens do Ativo	4.272	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	47.956	243.854
6.01.02.01	Consumidores, Revendedores, Concessionárias e Permissionárias	-89.550	-121.571
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	1.781	-24.478
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	20.237	59.082
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-4.457	-4.610
6.01.02.08	Contas a Receber de Partes Relacionadas	4.920	266.929
6.01.02.10	Outros Créditos	-1.759	-1.483
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	733	-745
6.01.02.12	Fornecedores	26.478	-11.371
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	82.266	86.668
6.01.02.16	Outros Tributos a Pagar	5.091	-7.494
6.01.02.19	Encargos Setoriais	-3.404	-539
6.01.02.20	Outras obrigações	5.620	3.466
6.01.03	Outros	-124.888	-363.349
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	-72.414	-82.509
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-69.036	-325.362
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-656	-792
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-600	-2.285
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	17.818	47.599
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-916.424	338.676
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-55.675	-57.973
6.02.03	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-2.070.646	-2.602.951
6.02.04	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	1.209.840	3.000.016
6.02.05	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	57	-416
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	707.846	-556.819
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	1.900.000	0
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-218.924	-552.805
6.03.03	Imposto de Renda s/ Juros sobre Capital Próprio	-8.754	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-946.742	0
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debentures (Custos de Transação)	-17.536	-3.836
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-198	-178
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	128.381	104
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	72.086	558
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	200.467	662

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099	0	1.578.099
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099	0	1.578.099
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	132	-34.528	-133.320	0	-167.716	0	-167.716
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	132	0	0	0	132	0	132
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-34.528	0	0	-34.528	0	-34.528
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-133.320	0	-133.320	0	-133.320
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	216.978	999	217.977	0	217.977
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	216.978	0	216.978	0	216.978
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	999	999	0	999
5.05.02.08	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	1.514	1.514	0	1.514
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Headge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-515	-515	0	-515
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	28.647	-28.647	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	43.405	-43.405	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-14.758	14.758	0	0	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.204	73.425	112.305	827.780	1.628.360	0	1.628.360

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466	0	2.018.466
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	262.018	352.553	480.788	0	923.107	2.018.466	0	2.018.466
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	80	-428.384	-89.381	0	-517.685	0	-517.685
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	80	0	0	0	80	0	80
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-428.384	0	0	-428.384	0	-428.384
5.04.09	Dividendos intermediários	0	0	0	-89.381	0	-89.381	0	-89.381
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	177.570	0	177.570	0	177.570
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	177.570	0	177.570	0	177.570
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	30.474	-30.474	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	46.173	-46.173	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-15.699	15.699	0	0	0
5.07	Saldos Finais	262.018	352.633	52.404	118.663	892.633	1.678.351	0	1.678.351

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	903.459	898.265
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	906.719	898.202
7.01.02	Outras Receitas	2.111	63
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.371	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-262.451	-300.289
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-194.561	-247.660
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-46.828	-43.160
7.02.04	Outros	-21.062	-9.469
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-21.062	-9.469
7.03	Valor Adicionado Bruto	641.008	597.976
7.04	Retenções	-87.222	-80.815
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-87.222	-80.815
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	553.786	517.161
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	39.006	45.931
7.06.02	Receitas Financeiras	39.006	45.931
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	592.792	563.092
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	592.792	563.092
7.08.01	Pessoal	50.001	39.504
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.348	36.625
7.08.01.02	Benefícios	2.145	313
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.508	2.566
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	223.316	228.318
7.08.02.01	Federais	207.235	213.750
7.08.02.02	Estaduais	16.034	14.556
7.08.02.03	Municipais	47	12
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	102.497	117.700
7.08.03.01	Juros	101.848	117.136
7.08.03.02	Aluguéis	649	564
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	216.978	177.570
7.08.04.02	Dividendos	133.320	89.381
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	83.658	88.189

1. Perfil

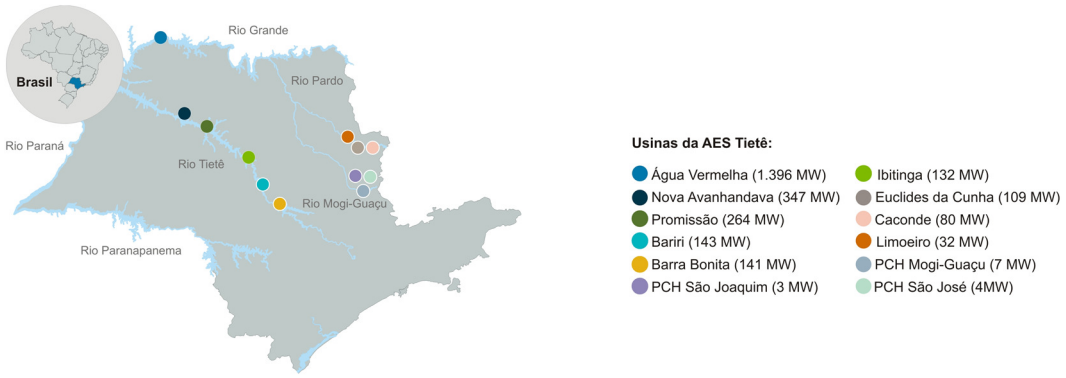
A AES Tietê Energia, uma das geradoras do grupo AES Brasil, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

Com um parque gerador formado por nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), a Companhia atua no Brasil desde 1999 na geração e na comercialização de energia elétrica. A Companhia tem capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física bruta de 1.278 MW.

As concessões das usinas hidrelétricas da AES Tietê Energia e da PCH Mogi-Guaçu vencem em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

As usinas da Companhia estão localizadas nos Rios Tietê, Pardo, Grande e Mogi-Guaçu, conforme demonstrado no mapa a seguir:



Comentário do Desempenho

2. Energia gerada

No 1S17, o volume total de energia gerada pelas usinas da Companhia atingiu 5.795 GWh, 13,3% inferior ao mesmo período de 2016. A variação é consequência da piora das afluências no SIN no 1S17 em comparação com o mesmo período em 2016 (76,8% no 1S17 vs. 89,8% no 1S16 em relação à média histórica).

Geração (Usinas) - GWh	1S17	1S16	Var (%)
Energia Gerada Bruta	**5.795**	**6.682**	**-13,3%**
Água Vermelha (Sen. José Ermínio de Moraes)	2.731	3.270	-16,5%
Bariri (Álvaro de Souza Lima)	392	424	-7,5%
Barra Bonita	323	342	-5,6%
Caconde	144	189	-23,8%
Euclides da Cunha	207	141	46,8%
Ibitinga	403	418	-3,6%
Limoeiro (Armando Salles de Oliveira)	58	88	-34,1%
Nova Avanhandava	865	978	-11,6%
Promissão (Mário Loprs Leão)	653	812	-19,6%
Mogi / S. Joaquim / S. José	19	20	-5,0%

2.1. Desempenho econômico-financeiro

A Companhia está apresentando as informações semestrais consolidadas de 30 de junho de 2017, comparadas com as informações semestrais individuais de 30 de junho de 2016.

Em milhares de reais	1S17	1S16	Var. R$	Var. %
Receita operacional bruta	**908.830**	**898.265**	**10.565**	1,2%
Deduções da receita operacional bruta	(106.273)	(103.052)	(3.221)	3,1%
Receita operacional líquida	**802.557**	**795.213**	**7.344**	**0,9%**
Custos e despesas operacionais	(408.908)	(455.180)	46.272	-10,2%
Resultado do serviço	**393.649**	**340.033**	**53.616**	**15,8%**
Resultado financeiro	(62.842)	(71.204)	8.362	-11,7%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**330.807**	**268.829**	**61.978**	**23,1%**
Imposto de renda e contribuição social	(113.829)	(91.259)	(22.570)	24,7%
Lucro líquido do período	**216.978**	**177.570**	**39.408**	**22,2%**

No semestre findo em 30 de junho de 2017 a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R$216.978 ante um lucro líquido de R$177.570 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram o aumento de 22,2% do resultado da Companhia.

2.2. Receita operacional líquida

	1S17		1S16		GWh	R$
	GWh	R$	GWh	R$	Var. %	Var. %
Leilão - Eletropaulo	123	18.511	215	30.523	-42,8%	-39,4%
Leilão - Outras empresas	131	19.999	169	24.060	-22,5%	-16,9%
Contratos bilaterais	5.016	794.178	5.511	792.251	-9,0%	0,2%
CCEE						
MRE	860	8.345	1.844	22.617	-53,4%	-63,1%
Mercado de curto prazo (SPOT)	276	49.541	345	26.476	-20,0%	87,1%
Outros	-	16.145	-	2.275	-	609,7%
Outras receitas	-	2.111	-	63	-	3250,8%
Receita Operacional Bruta	**6.406**	**908.830**	**8.084**	**898.265**	**-20,8%**	**1,2%**
Deduções da receita operacional bruta		(106.273)		(103.052)		3,1%
Receita Operacional Liquida		**802.557**		**795.213**		**0,9%**

O aumento de 0,9% da receita operacional líquida é explicado principalmente pelo:

- aumento de receita proveniente da venda no mercado spot no montante de R$23.065, principalmente em função do maior preço médio do PLD no período no submercado SE/CO (R$ 230,39/MWh no 1S17 ante R$ 48,53/MWh no 1S16);

- reconhecimento de ajustes de alívio retroativo, no montante de R$11.627, calculado pela CCEE em função das exposições financeiras negativas, decorrentes da diferença de PLDs entre os submercados;

- aumento dos contratos bilaterais no montante de R$1.927, em função da maior tarifa vigente no período (R$158,34 no 1S17 ante R$145,9 no 1S16), parcialmente compensado pelo menor volume vendido 5.016 GWh no 1S17 ante 5.511 GWh no 1S16, devido à redução do nível de contratação de 95% para 80% em 2017;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução na energia vendida para o leilão A-1 devido às rescisões de contratos no montante de R$16.073, principalmente devido ao rompimento de contrato de comercialização de energia elétrica celebrado entre a Eletropaulo e a Companhia no montante de R$12.012;

- redução de R$ 14.272 da receita proveniente da energia vendida no MRE na comparação com o mesmo período anterior, em função, principalmente, ao menor volume de geração averiguado no período.

- aumento nas deduções da receita bruta em 3,1% ou R$3.221 quando comparado com o mesmo período do ano anterior, explicado principalmente pelo incremento da despesa com ICMS devido ao maior preço médio dos contratos bilaterais e operações realizadas em estados com alíquota superior, somado ao aumento das despesas com PIS/COFINS, principalmente devido às maiores vendas no mercado spot e maior preço dos outros contratos bilaterais.

2.3. Custos e despesas operacionais

		Reclassificado		
Em milhares de reais	1S17	1S16	Var. R$	Var. %
Custo com energia elétrica	**(199.731)**	**(273.990)**	**74.259**	**-27,1%**
Energia elétrica comprada para revenda	(111.370)	(173.514)	62.144	-35,8%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(59.239)	(55.295)	(3.944)	7,1%
Taxa de fiscalização	(3.390)	(3.429)	39	-1,1%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(25.732)	(41.752)	16.020	-38,4%
Custo de operação	**(209.177)**	**(181.190)**	**(27.987)**	15,4%
Pessoal e administradores	(56.884)	(46.623)	(10.261)	22,0%
Material e serviços de terceiros	(44.693)	(43.160)	(1.533)	3,6%
Entidade de previdência privada	(2.145)	(313)	(1.832)	585,3%
Depreciação e amortização	(78.294)	(80.815)	2.521	-3,1%
Outros	(27.161)	(10.279)	(16.882)	164,2%
Total dos custos e despesas operacionais	**(408.908)**	**(455.180)**	**46.272**	**-10,2%**

Os custos e despesas operacionais no semestre findo em 30 de junho de 2017 apresentaram uma redução de R$46.272 ou 10,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente por:

- menor custo com energia comprada para revenda (R$111.370 no 1S17 ante R$173.514 no 1S16), ocasionado principalmente pela redução da garantia física em função da sazonalidade no 1S17, parcialmente compensado pelo aumento de compra de energia de contratos bilaterais devido à estratégia de contratação adotada no período, compensado parcialmente pelo maior rebaixamento médio no 2T17 de 16,4% ante um rebaixamento médio verificado no 2T16 de 10,7%;

- menores custos com exposição financeira e diferença de preços entre submercados (R$1.665 no 1S17 ante R$47.364 no 1S16), principalmente em função da exposição gerada no MRE decorrente da diferença de PLD's dos submercados;

- redução da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos em 38,4% (R$25.732 no 1S17 ante R$41.752 no 1S16), explicada principalmente pela queda no preço da Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada em R$72,20 no 1S17 e R$93,35 no 1S16, somada à redução da energia gerada;

- redução da depreciação e amortização devido ao maior reconhecimento de créditos de PIS/COFINS no montante de R$ 3.918, quando comparado com o mesmo período do

ano anterior, parcialmente compensada pelo aumento da depreciação devido às adições no imobilizado no período;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- aumento de 30,4% ou R$30.508 no PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) ocasionado principalmente em função (i) do reajuste salarial de 9,3% a partir de junho de 2016 e à reestruturação do quadro de funcionários da Companhia que visa trazer maior agilidade no processo decisório; (ii) do reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$5.371, em função das incertezas quanto ao recebimento dos valores; (iii) rescisão do contrato de comercialização de energia elétrica celebrado entre a Eletropaulo e a Companhia no leilão A-1, originando um ônus tarifário no montante de R$ 7.738; e (iv) perda na baixa de ativos imobilizados e intangíveis, no montante de R$4.487, compensados parcialmente (v) pelas menores contratações de consultorias e escritórios de advocacia, devido à realização do projeto de reestruturação societária no início de 2016.

2.4. Resultado financeiro

No semestre findo em 30 de junho de 2017, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R$62.842 ou 11,7% inferior ao à despesa apresentada em 30 de junho de 2016, no montante de R$71.204. Contribuiu para esse desempenho:

- ganho devido ao índice negativo do IGPM na atualização monetária da liminar obtida na discussão do rebaixamento de R$7.573 no 1S17, ante uma perda de R$21.364 registrada no 1S16 devido à correção retroativa desde Junho de 2015;

- menor atualização monetária no montante de R$4.296, em função do menor IPCA acumulado no período (1,18% no 1S17 ante 4,42% no 1S16);

- menores encargos de dívida no montante de R$10.508 principalmente em função da menor taxa média do CDI (11,81% no 1S17 ante 14,13% no 1S16).

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução da receita de juros sobre aplicações financeiras (R$40.341 no 1S17 ante R$44.966 no 1S16), devido principalmente à menor taxa de juros entre os semestres comparados, visto que no 1S17 a taxa média do CDI foi de 11,81% enquanto que no 1S16 foi de 14,13%, parcialmente compensada pelo maior saldo médio de aplicações financeiras no período (R$885.807 no 1S17 ante R$691.140 no 1S16);

- pagamento de prêmio de resgate antecipado no montante de R$7.639 em função do pré-pagamento da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures e da 2ª série da 4ª Emissão de Debêntures,

o que não ocorreu no 1S16, somado à baixa do saldo do custo diferido destas dívidas, no montante de R$7.943.

2.5. Imposto de renda e contribuição social

Aumento de R$22.570 ou 24,7% das despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) sobre o resultado do 1S17 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento se deve principalmente ao maior lucro tributável apurado no 1S17, o qual foi superior em 23,1%.

2.6. Lucro líquido do período

O lucro líquido no 1S17 foi de R$216.978, representando um aumento de 22,2% ou R$39.408 em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a Companhia teve um lucro líquido de R$177.570. Este aumento deve-se aos fatores anteriormente mencionados.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

A AES Tietê Energia S.A. (“Tietê” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029, assim como a concessão da PCH Mogi-Guaçu. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

O parque gerador da Companhia está composto pelas seguintes usinas:

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Usinas Hidrelétricas (UHE)				
Água Vermelha	1978	6	1.396	746
Nova Avanhandava	1982	3	347	139
Promissão	1975	3	264	104
Bariri	1969	3	143	66
Barra Bonita	1963	4	141	45
Ibitinga	1969	3	132	74
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Caconde	1966	2	80	33
Limoeiro	1958	2	32	15
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
São José	2012	2	4	2
São Joaquim	2011	1	3	1
Total		**35**	**2.658**	**1.278**

Estratégia de comercialização de energia

Em função do cenário hidrológico e da perspectiva de risco hidrológico, a Companhia optou por reservar uma parcela de sua energia própria, com o objetivo de reduzir possíveis riscos de exposição ao mercado de curto prazo devido ao rebaixamento no Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) esperado para o ano de 2017. Também nessa frente, a Companhia optou por renegociar com algumas distribuidoras, que celebraram contratos no último Leilão A-1 de 2015 para os anos de 2016 a 2018, dentre elas a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”).

Notas Explicativas

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2017, foi aprovada a rescisão do contrato de comercialização de energia elétrica celebrado no 15º Leilão de Energia Existente (A -1 de 2015) entre a Eletropaulo e a Companhia. A referida rescisão validou-se a partir de maio de 2017 e a Companhia arcará com o ônus tarifário da Eletropaulo no montante de R$7.738. Os pagamentos estão sendo efetuados em 20 parcelas mensais corrigidas pela SELIC, sendo a primeira parcela com vencimento em junho de 2017. O saldo atualizado até 30 de junho de 2017 corresponde a R$7.489, registrado na rubrica "Outras obrigações" do passivo circulante e não circulante, nos montantes de R$4.730 e R$2.759, respectivamente. Esse ônus corresponde à diferença de preços entre o CCEAR firmado da Companhia de R$142,00/MWh em julho de 2016, e o preço médio de compra de energia do Reajuste Tarifário da Eletropaulo vigente no instante da rescisão contratual, de R$154,42/MWh, aplicado à energia contratada de 623.059 MWh entre maio de 2017 e dezembro de 2018.

Em 30 de junho de 2017, o percentual da energia assegurada vendida para uma carteira diversificada de clientes para 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 é de 80%, 77%, 52%, 39% e 16%, respectivamente. Os preços médios são de R$161/MWh e R$162/MWh para 2017 e 2018.

Aquisição de conjunto de parques eólicos

Em 12 de janeiro de 2017, a Companhia acordou com a Renova Energia S.A. ("Renova") proposta para a aquisição do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II ("Complexo Eólico Alto Sertão II"), detido por 15 Sociedades de Propósito Específico, cuja a totalidade da participação acionária pertence a Renova Eólica Participações S.A. ("Renova Eólica"). Em 20 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Renova Energia S.A. aprovou a aceitação da oferta vinculante enviada pela Companhia e a exclusividade ali prevista e, em 18 de abril de 2017, a Companhia celebrou com a Renova um contrato de compra e venda da totalidade das ações da Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia"), detentora, por meio da Renova Eólica, do Complexo Eólico Alto Sertão II.

O valor acordado para a Aquisição é de R$600.000 e tem por base a estimativa da Companhia para 31 de dezembro de 2016, feita a partir das informações financeiras de 30 de setembro 2016 ("Data Base"). O Preço de Aquisição está sujeito a determinados ajustes usuais neste tipo de operação incluindo ajustes de capital de giro. Além do pagamento do Preço de Aquisição, a Companhia assumirá a dívida do projeto Alto Sertão II no valor de R$1.150.000.

Adicionalmente, o Preço de Aquisição poderá sofrer acréscimo de até R$100.000 sob a forma de *earn out*, se o desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação, exceder a referência mínima assumida.

A Companhia esclarece, ainda, que o valor total de aquisição de R$650.000 anunciado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 fazia referência ao preço a ser pago pela aquisição, R$600.000, e R$50.000 da parcela do *earn out* que ficará retido em uma conta garantia (*escrow account*).

Notas Explicativas

Em 17 de maio de 2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") concedeu aprovação desta aquisição. Adicionalmente, no dia 28 de julho de 2017, a aquisição foi aprovada pela totalidade dos credores do Complexo Alto Sertão II.

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ocorrida em 29 de maio de 2017, foi deliberada a aprovação da operação, nos termos do art. 256, §1º da Lei das S.A, sendo conferido aos acionistas dissidentes o direito de recesso e o respectivo reembolso pago conforme o valor patrimonial das ações àqueles acionistas que dissentirem da deliberação e que forem comprovadamente titulares das ações, desde a divulgação do primeiro Fato Relevante em 13 de janeiro de 2017.

O período para o exercício do direito de recesso encerrou no dia 30 de junho de 2017, conforme aviso aos acionistas divulgado em 07 de julho de 2017. Acionistas da Companhia titulares de 36 ações ordinárias, 389 ações preferenciais e 30.314 *units* de emissão da Companhia efetivamente exerceram o seu direito de retirada. Assim, o valor total do reembolso pago em 10 de julho de 2017 aos acionistas dissidentes da Companhia foi de R$105, sendo considerado R$0,68974739550 por ação ordinária e preferencial, equivalente a R$3,44873697750 por *unit* de emissão da Companhia.

O Complexo Eólico Alto Sertão II está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 386,1 MW, e energia contratada por 20 anos, por meio do leilão de energia de reserva e leilão de energia nova realizados em 2010 e 2011, cujos contratos expiram em 2033 e 2035, respectivamente. A sua aquisição está alinhada com a estratégia da Companhia de, até 2020, compor 50% de seu EBITDA com fontes não hidráulicas, com contratos regulados de compra de energia de longo prazo.

O processo de aquisição foi concluído em 03 de agosto de 2017. Dessa forma, as informações trimestrais ora apresentadas não incluem quaisquer efeitos contábeis decorrentes dessa aquisição.

1.1 Dados sobre subsidiárias

Geração de energia

AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. – A AES Tietê Integra tem sede em Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como foco a prestação de serviços para projetos relacionados à geração distribuída, incluindo serviços de instalação, manutenção, gestão, assessoria, eficiência energética e melhoria dos sistemas elétricos. Em abril de 2017 a AES Tietê Integra iniciou suas atividades.

AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. – A AES Tietê Inova tem sede em Barueri, Estado de São Paulo. A Empresa se dedicará principalmente aos negócios de geração distribuída, incluindo projetos em energia solar e cogeração a gás, assim como soluções de comercialização e armazenamento de energia via baterias ("*Energy Storage*"), contando com a expertise e liderança global do Grupo AES.

Esta subsidiária apresenta somente saldos em seu patrimônio líquido, sendo os mesmos inferiores a R$1. Como não estava operante até 30 de junho de 2017, não houve nenhuma atividade desta controlada que impactasse o resultado consolidado da Companhia.

Notas Explicativas

1.2 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização prevê a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também prevê que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15%, que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, acima referida, inviável. Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% ou a pagar indenização por perdas e danos.

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia apresentou petição informando que não foi obtido acordo com o Estado de São Paulo, solicitando a produção de provas, especialmente pericial.

Em 15 de fevereiro de 2017, o juiz determinou a realização de produção de prova pericial, nas especialidades de Economia e Engenharia, bem como rejeitou o argumento da Companhia, apresentado na sua defesa de mérito, relativo à prescrição da propositura da ação ajuizada pelo Estado de São Paulo.

Em 13 de março de 2017, a Companhia indicou assistente técnico, bem como com quesitos, a serem respondidos pelo perito. Na mesma data, a Companhia apresentou recurso de agravo contra a rejeição da prescrição.

Em 21 de março de 2017, foi proferida decisão no recurso de agravo interposto pela Companhia, suspendendo a decisão que rejeitou o argumento relativo à prescrição.

Em relação ao recurso apresentado pela Companhia para obter o reconhecimento da prescrição, em 31 de maio de 2017, o Tribunal entendeu que essa matéria deverá ser julgada em eventual recurso contra decisão de mérito desfavorável de 1ª instância. Dessa forma, a Companhia terá que aguardar decisão de mérito em primeira instância. Com isso, é provável que a suspensão do processo seja revogada e, consequentemente, iniciado o procedimento de perícia em 1ª instância. A Companhia buscará reverter essa decisão por meio dos recursos cabíveis, com o objetivo de que o argumento relativo à prescrição seja analisado antes do julgamento de mérito em 1ª instância.

Notas Explicativas

Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida relativamente a este assunto.

Para maiores detalhes acerca do histórico deste processo, vide nota explicativa 1.3 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

A Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoelétrica a gás natural, com capacidade instalada líquida de aproximadamente 500 MW denominada Termo São Paulo.

A Companhia segue buscando alternativas para o fornecimento de gás, incluindo a alternativa de compra de GNL no mercado internacional, para que desta forma esteja apta para participar de leilões de energia nova ao longo de 2017. A licença de instalação será solicitada quando da assinatura de um contrato de venda de energia pelo projeto.

Em março de 2016, a Companhia assinou um memorando de entendimento não vinculante com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) de modo a estabelecer uma parceria para analisar a viabilidade de desenvolvimento de uma termoelétrica a gás natural em um dos terrenos disponíveis da EMAE no bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, onde a térmica Fernando Gasparian está localizada. Atualmente, estão sendo realizados estudos de pré-viabilidade ambiental para definir qual seria a potência permitida para esse projeto e começar o processo de licenciamento ambiental. Adicionalmente, a Companhia está em processo de negociação do acordo de parceria, que deverá ser finalizado até o final de 2017.

A Companhia também estuda uma iniciativa para viabilizar o fornecimento de gás para os projetos termoelétricos com a construção de um terminal de regasificação na costa do Estado de São Paulo. Diversas localizações estão em análise na costa do Estado. Junto ao terminal, é previsto também a construção de uma usina térmica de modo a criar sinergia e otimizar os custos da cadeia de suprimento de gás.

Como outra alternativa, no ano 2015 a Companhia começou a desenvolver o projeto solar Água Vermelha II (AGV II) com capacidade instalada de 150 MW e localizado no município de Ouroeste no Estado de São Paulo, a aproximadamente 3 km da usina hidrelétrica de Água Vermelha da Companhia. O projeto já possui um contrato de direito pelo arrendamento de terra assinado, solução de conexão definida e licença ambiental prévia emitida pela CETESB em 16 de maio de 2016. Foi cadastrado no leilão de energia de reserva pautado para o dia 19 de dezembro de 2016, que infortunadamente foi cancelado. Portanto, continua apto para participar de leilões ao longo de 2017 e desta forma contribuir com a obrigação de expansão da Companhia no Estado de São Paulo.

Adicionalmente, contribuíram para o cumprimento da Obrigação de Expansão, a PCH São Joaquim (3 MW), finalizada em julho de 2011, e a PCH São José (4 MW), finalizada em março de 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

Em 07 de agosto de 2017, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as nesta data à análise do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2017 individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2017 também estão de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (*"deemed cost"*), na data de transição em janeiro de 2009.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações (i) em sua demonstração do resultado, relativa ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2016 e demonstração do valor adicionado relativa ao semestre findo em 30 de junho de 2016, originalmente autorizadas em 26 de julho de 2016, e (ii) no seu balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, originalmente autorizado em 14 de fevereiro de 2017. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Balanço Patrimonial:

	Controladora e Consolidado			
	31.12.2016			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
PASSIVO CIRCULANTE				
Provisões para processos judiciais e outros	3.133	(a)	(1.562)	1.571
Passivos ambientais	-	(a)	1.562	1.562
Demais passivos circulantes	824.812		-	824.812
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	**827.945**		**-**	**827.945**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Provisões para processos judiciais e outros	80.295	(a)	(8.276)	72.019
Passivos ambientais	-	(a)	8.276	8.276
Demais passivos não circulantes	1.613.240		-	1.613.240
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**1.693.535**		**-**	**1.693.535**
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.578.099**		**-**	**1.578.099**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.099.579**		**-**	**4.099.579**

Demonstração do resultado:

		Controladora					
		01.04.2016 a 30.06.2016			01.01.2016 a 30.06.2016		
	Ref.	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**412.061**	**-**	**412.061**	**795.213**	**-**	**795.213**
CUSTOS OPERACIONAIS							
Custo com Energia Elétrica		**(121.337)**	**-**	**(121.337)**	**(273.990)**	**-**	**(273.990)**
Custo de Operação							
Depreciação e amortização	(b)	(37.383)	(669)	(38.052)	(79.482)	(1.333)	(80.815)
Outras receitas e custos	(b)	(5.045)	669	(4.376)	(10.175)	1.333	(8.842)
Outros custos de operação		(44.570)	-	(44.570)	(91.533)	-	(91.533)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		**(208.335)**	**-**	**(208.335)**	**(455.180)**	**-**	**(455.180)**
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		**203.726**	**-**	**203.726**	**340.033**	**-**	**340.033**
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		**(47.788)**	**-**	**(47.788)**	**(71.204)**	**-**	**(71.204)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		**155.938**	**-**	**155.938**	**268.829**	**-**	**268.829**
TOTAL DOS TRIBUTOS		**(52.830)**	**-**	**(52.830)**	**(91.259)**	**-**	**(91.259)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**103.108**	**-**	**103.108**	**177.570**	**-**	**177.570**

Demonstração do valor adicionado:

	Controladora			
	30.06.2016			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
1. RECEITAS	**898.265**		**-**	**898.265**
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(301.622)**	**(b)**	**1.333**	**(300.289)**
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	**596.643**	**(b)**	**1.333**	**597.976**
4. RETENÇÕES	**(79.482)**	**(b)**	**(1.333)**	**(80.815)**
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**517.161**		**-**	**517.161**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**45.931**		**-**	**45.931**
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**563.092**		**-**	**563.092**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**563.092**		**-**	**563.092**
Empregados (colaboradores)	**39.504**		**-**	**39.504**
Tributos (Governos)	**228.318**		**-**	**228.318**
Federais	**161.604**		**-**	**161.604**
Estaduais	**14.556**		**-**	**14.556**
Municipais	**12**		**-**	**12**
Encargos setoriais	**52.146**		**-**	**52.146**
Remuneração de capital de terceiros	**117.700**		**-**	**117.700**
Remuneração de capitais próprios	**177.570**		**-**	**177.570**

Notas Explicativas

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

(a) A Administração da Companhia reavaliou os Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) firmados com a PCH Mogi-Guaçu no montante de R$643 e com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, no montante de R$9.195 e concluiu que os mesmos representam obrigações ambientais e não provisões para processos judiciais e outros. Dessa forma, a Companhia reclassificou R$1.562 para o passivo circulante e R$8.276 para o passivo não circulante, totalizando uma reclassificação de R$9.838 da rubrica "provisões para processos judiciais e outros" para a rubrica "Passivos ambientais".

(b) A Companhia reavaliou a classificação da amortização da Uso do Bem Público (UBP), originalmente apresentada sob a rubrica de "Outras receitas e despesas", e concluiu que a mesma seria melhor apresentada na rubrica "Depreciação e amortização", juntamente com as demais amortizações da Companhia. Desta forma, a Companhia está apresentando a amortização no referido grupo.

As reclassificações patrimoniais descritas acima não envolvem caixa ou equivalentes de caixa, portanto, não trazem impactos sobre o fluxo de caixa da Companhia.

Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2017, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

Notas Explicativas

Sistema Empresas.Net

Nos quadros individuais e consolidados da "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "Empresas.net" utilizados para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

2.4 Critérios de consolidação

Todos os saldos e transações com as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. As principais eliminações são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.

- Participação no capital social e no lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas informações contábeis consolidadas:

		Participação	
Descrição	**Atividade**	**30.06.2017**	**31.12.2016**
Controlada direta:			
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda.	Prestação de Serviços	99%	99%
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.	Prestação de Serviços	100%	99%

Notas Explicativas

3 Políticas contábeis e estimativas

Com exceção da prática contábil detalhada a seguir, adotada a partir de 2017 em função das operações de *hedge* realizadas neste período, as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Instrumentos Financeiros - *Hedge* de Fluxo de Caixa

A Companhia mantém operações de *hedge* de fluxo de caixa, conforme detalhado na nota explicativa nº 27.1.2. Nestas operações, a parcela efetiva dos ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo dos instrumentos designados e qualificados como "*hedge* de fluxo de caixa" é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes em contrapartida ao ativo, na rubrica "Ganhos não realizados em operações de *hedge*". Os valores acumulados no patrimônio são transferidos para o resultado quando o item protegido afetar o resultado do período, de acordo com a competência. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período.

4 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
Caixa e Equivalentes de caixa	**30.06.2017**	**31.12.2016**	**30.06.2017**	**31.12.2016**
Numerário disponível	355	916	433	916
Operação compromissada	200.034	71.170	200.034	71.170
Subtotal	**200.389**	**72.086**	**200.467**	**72.086**

Investimentos de curto prazo	**30.06.2017**	**31.12.2016**	**30.06.2017**	**31.12.2016**
CDB-DI	717.976	163.003	722.589	163.003
Operação compromissada	522.723	210.399	522.723	210.399
Fundo de investimentos			-	
Letra financeira do tesouro	7.219	6.819	7.219	6.819
Letra financeira	64.292	60.411	64.292	60.411
NTN OVER	65.418	64.899	65.418	64.899
CDB pós-liq. antecipada	1.398	-	1.398	-
Subtotal	**1.379.026**	**505.531**	**1.383.639**	**505.531**
Total	**1.579.415**	**577.617**	**1.584.106**	**577.617**

O saldo de aplicações financeiras em 30 de junho de 2017 está representado por operações de CDB, operações compromissadas e fundo de investimentos com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada no semestre findo em 30 de junho de 2017 de 99,13% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,85% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

O aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo refere-se, principalmente, à emissão da 3ª emissão de Nota Promissória (vide nota explicativa nº 14), cujos recursos serão utilizados para aquisição do Projeto Alto Sertão II (vide nota explicativa nº 1) e reforço de capital de giro.

Notas Explicativas

5 Consumidores, revendedores e contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONTAS A RECEBER				
Circulante				
Consumidores livres	144.161	128.927	144.161	128.927
Leilão - Outras empresas	8.062	14.348	8.062	14.348
Mercado de curto prazo [(i)]	84.223	3.622	84.223	3.622
Serviços prestados	1	-	391	-
Subtotal	**236.447**	**146.897**	**236.837**	**146.897**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa [(ii)]	(5.371)	**-**	(5.371)	**-**
Saldo líquido de PCLD	**231.076**	**146.897**	**231.466**	**146.897**
Não Circulante				
Energia livre [(iii)]	13.075	13.075	13.075	13.075
Subtotal	**13.075**	**13.075**	**13.075**	**13.075**
Total	**244.151**	**159.972**	**244.541**	**159.972**
CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS				
Leilão - Eletropaulo (nota 25.1)	-	4.920	-	4.920
Subtotal	**-**	**4.920**	**-**	**4.920**
Total	**244.151**	**164.892**	**244.541**	**164.892**

(i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Para 30 de junho de 2017, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos devidos à inadimplência do setor, os quais serão recebidos de acordo com a referida liquidação.

(ii) Com a alteração da razão social oriunda da reorganização societária de 31 de dezembro de 2015, a Companhia ficou temporariamente impedida de formalizar seus contratos junto à CCEE. Em dezembro de 2016, a Companhia finalizou o processo de regularização dos contratos e inadimplência dos valores, com exceção de um cliente, que continuou com valores vencidos relativos a um contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, no montante de R$5.371, para os quais decidiu efetuar a provisão para crédito de liquidação duvidosa integral em função das incertezas quanto ao recebimento. A Companhia está em contato com o Procurador da Companhia devedora, buscando uma solução para a presente situação.

(iii) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

Os recebimentos e pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADEE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Notas Explicativas

A abertura de consumidores e revendedores por vencimento é a seguinte:

	Consolidado					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Subtotal	PCLD	Saldo líquido de PCLD
		até 90 dias	mais de 90 dias			
Circulante						
Consumidores livres	144.161	-	-	144.161	-	144.161
Leilão - Outras empresas	2.950	1.186	3.926	8.062	(5.371)	2.691
Mercado de curto prazo	15.663	61.759	6.801	84.223	-	84.223
Serviços prestados	391	-	-	391	-	391
Total	**163.165**	**62.945**	**10.727**	**236.837**	**(5.371)**	**231.466**

O prazo médio dos contratos, em 30 de junho de 2017, é de 3 anos.

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia não requer garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionadas à energia livre. Para maiores detalhes sobre as garantias ver nota explicativa 27.2 (b.1).

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

6 Tributos e contribuições sociais compensáveis

6.1 Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
CIRCULANTE				
Imposto de renda	17.205	913	17.205	913
Contribuição social	12.546	760	12.546	760
Imposto de renda retido na fonte	14.084	21.705	14.097	21.705
Total	**43.835**	**23.378**	**43.848**	**23.378**

6.2 Outros tributos compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
CIRCULANTE				
PIS	111	3.980	111	3.980
COFINS	510	16.980	510	16.980
INSS	-	-	181	-
Outros	8	8	8	8
Subtotal	**629**	**20.968**	**810**	**20.968**
NÃO CIRCULANTE				
ICMS	625	698	625	698
Subtotal	**625**	**698**	**625**	**698**
Total	**1.254**	**21.666**	**1.435**	**21.666**

Notas Explicativas

7 Tributos e contribuições sociais diferidos

Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Consolidado		Consolidado	Controladora
	Balanço Patrimonial		Resultado	
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:	**30.06.2017**	**31.12.2016**	**30.06.2017**	**30.06.2016**
Tributos ativos:				
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.044	2.972	(928)	(497)
Provisão para processos fiscais	1.674	1.182	492	46
Provisão para processos trabalhistas	1.370	1.283	87	(84)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.826	-	1.826	-
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.027	2.027	-	-
Provisão para processos civeis	12.335	12.365	(30)	578
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	9.814	12.190	(2.376)	1.387
Provisões de meio ambiente	704	4.031	(3.327)	201
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	6.794	41.708	(34.914)	(29.050)
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	1.694	1.694	-	-
Outras	5.276	5.041	234	46
Tributos passivos:				
Ativo imobilizado - custo atribuído	(427.612)	(442.369)	14.758	15.699
Ativo intangível - uso do bem público	(11.437)	(11.891)	454	453
Hedge de fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	(515)	-	-	-
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(22.457)	(23.990)	1.533	(2.498)
Passivo fiscal diferido, líquido	**(416.463)**	**(393.757)**	**(22.191)**	**(13.719)**
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 8			(9.372)	(10.098)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			**(31.563)**	**(23.817)**
Tributos diferidos ativos	45.558	84.493		
Tributos diferidos passivos	(462.021)	(478.250)		
Passivo fiscal diferido, líquido	**(416.463)**	**(393.757)**		

A movimentação dos saldos consolidados de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(393.757)**
Impacto no resultado	(22.191)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(515)
Saldo em 30 de junho de 2017	**(416.463)**

A Companhia estima que os saldos em 30 de junho de 2017, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2029.

8 Tributos a recuperar - ativo não circulante

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Notas Explicativas

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado			
	30.06.2017			31.12.2016
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(52.521)	34.664	(17.857)	(12.197)
Subtotal	**267.043**	**(176.248)**	**90.795**	**96.455**
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(647.882)	433.667	(214.215)	(210.939)
Subtotal	**160.422**	**(107.897)**	**52.525**	**55.801**
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(61.911)	40.861	(21.050)	(20.614)
Subtotal	**20.509**	**(13.536)**	**6.973**	**7.409**
Total	**447.974**	**(297.681)**	**150.293**	**159.665**

A movimentação dos tributos a recuperar é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**159.665**
Amortização	(27.934)
Reversão	18.562
Saldo em 30 de junho de 2017	**150.293**

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R$20.773 em 31 de dezembro de 2016. A Companhia atualiza o montante do benefício fiscal disponível para capitalização ao término de cada exercício social, quando da apuração final do imposto de renda e contribuição social a pagar, levando em consideração a redução efetiva dos tributos pagos.

Notas Explicativas

9 Investimentos

	Controladora 30.06.2017
Investimento em controlada:	
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.	4.362
Total	**4.362**

O investimento em controlada é atualmente representado pela participação na AES Tietê Integra, conforme detalhamento abaixo:

	30.06.2017
Quantidade de quotas do capital social	5.000.100
Percentual de participação	100%
Valor do capital social	5.000
Valor do patrimônio líquido	4.362
Prejuízo do período	(638)

Com o objetivo de prover recursos para viabilizar a venda e implementação dos projetos e serviços em soluções de energia, bem como assegurar o capital de giro necessário para início das atividades da controlada AES Tietê Integra, a Companhia efetuou aporte de capital no montante de R$5.000, em contrapartida, a controlada AES Tietê Integra emitiu 5.000.000 de novas quotas, com preço de emissão de R$1,00 cada, subscritas e integralizadas pela Companhia.

10 Imobilizado

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora e Consolidado				
	30.06.2017				31.12.2016
	Taxas médias anuais de depreciação (%) (*)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	412.385	-	412.385	410.783
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (terrenos)	-	(3.000)	-	(3.000)	(3.000)
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	2.899.515	(1.805.207)	1.094.308	1.126.468
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	651.830	(460.281)	191.549	197.953
Máquinas e equipamentos	3,6%	1.986.147	(728.624)	1.257.523	1.212.671
Veículos	13,7%	8.502	(5.929)	2.573	3.073
Móveis e utensílios e outros	6,4%	5.271	(3.549)	1.722	1.502
Imobilizado em serviço		**5.960.650**	**(3.003.590)**	**2.957.060**	**2.949.450**
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099	2.099
Imobilizado em curso (I)		109.940	-	109.940	141.939
Bens vinculados às concessão e autorizações		**6.072.689**	**(3.003.590)**	**3.069.099**	**3.093.488**
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)	(4.781)
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	25,0%	1.258	(629)	629	600
Total Imobilizado		**6.069.166**	**(3.004.219)**	**3.064.947**	**3.089.307**

(I) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o semestre findo em 30 de junho de 2017.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no semestre findo em 30 de junho de 2017 é como segue:

	Terrenos (*)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Subtotal	Depreciação	Total líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**407.783**	**2.890.161**	**651.709**	**1.908.207**	**8.502**	**6.792**	**141.939**	**(2.682)**	**6.012.411**	**(2.923.104)**	**3.089.307**
Adições	-	-	-	-	-	-	57.200	-	57.200	(82.600)	(25.400)
Baixas	-	(126)	(30)	(829)	-	(771)	-	-	(1.756)	1.485	(271)
Transferências	-	9.480	151	78.769	-	508	(89.199)	-	(291)	-	(291)
Outras mutações - Reclassificações entre contas	1.602	-	-	-	-	-	-	-	1.602	-	1.602
Saldo em 30 de junho de 2017	**409.385**	**2.899.515**	**651.830**	**1.986.147**	**8.502**	**6.529**	**109.940**	**(2.682)**	**6.069.166**	**(3.004.219)**	**3.064.947**

(*) Saldo líquido da provisão para redução ao provável valor de realização do ativo.

Notas Explicativas

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Segue composição do ativo imobilizado:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
Concessão	3.019.135	3.043.171
Autorizações (PCHs São Joaquim e São José)	47.865	48.218
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099
Total	**3.069.099**	**3.093.488**

Para maiores detalhes sobre as obrigações especiais, contrato de concessão e autorizações da Companhia, vide nota explicativa nº 9 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

11 Intangível

A composição da conta intangível é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
Uso do bem público		
Custo	73.174	73.174
Amortização acumulada	(39.535)	(38.201)
Total do ativo intangível - uso do bem público	**33.639**	**34.973**
Outros ativos intangíveis (*)		
Custo	38.265	43.576
Amortização acumulada	(25.986)	(22.698)
Total dos outros intangíveis	**12.279**	**20.878**
Total intangível	**45.918**	**55.851**

(*) Refere-se basicamente a softwares, que possuem taxa média de amortização de 20%.

O uso do bem público (UBP) foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível no semestre findo em 30 de junho de 2017 é como segue:

	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		Total
		Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**34.973**	**532**	**20.346**	**55.851**
Amortização	(1.334)	-	(3.288)	(4.622)
Transferências	-	(532)	823	291
Baixas	-	-	(4.000)	(4.000)
Outras mutações - Reclassificações entre contas (nota 10)	-	-	(1.602)	(1.602)
Saldo em 30 de junho de 2017	**33.639**	**-**	**12.279**	**45.918**

12 Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
CIRCULANTE				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF[(i)]	366.780	314.996	366.780	314.996
Transações no mercado de curto prazo	5.334	29.383	5.334	29.383
Energia elétrica comprada para revenda	27.899	10.533	27.899	10.533
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	9.181	9.741	9.181	9.741
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	2.244	2.276	2.244	2.276
Subtotal	**411.438**	**366.929**	**411.438**	**366.929**
Materiais e Serviços	27.834	44.826	28.163	44.826
Materiais e Serviços - partes relacionadas - nota nº 25.1	97	27	97	27
Total	**439.369**	**411.782**	**439.698**	**411.782**

(i) Este saldo é composto por valores efetivamente recebidos nas liquidações da CCEE referentes à liminar obtida na discussão do rebaixamento. O valor total recebido (principal) é de R$349.238 (R$289.881 em 31 de dezembro de 2016). Contudo, como a discussão encontra-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica Fornecedores quando do seu recebimento através de liquidações da CCEE – para maiores detalhes vide nota explicativa nº 27.2. Adicionalmente a Companhia corrige mensalmente o principal pela variação do IGP-M, reconhecendo assim em seu resultado financeiro uma despesa com atualização monetária acumulada até 30 de junho de 2017 no montante de R$17.542. Em função do índice negativo do IGP-M no semestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia reconheceu um ganho de R$7.573 - vide nota explicativa nº 23. O montante estimado total atualizado até 30 de junho de 2017 corresponde a R$366.780 (R$314.996 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia contratou 5 cartas de fiança no valor de R$64.617 e 2 seguros garantia no valor de R$10.894, totalizando uma importância segurada de R$75.511, com custo de 0,50% a 3,25% a.a. Os valores referentes às garantias estão registrados como despesas pagas antecipadamente. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

Notas Explicativas

13 Tributos e contribuições sociais a pagar

13.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Federais				
Imposto de renda	59.465	44.315	59.465	44.315
Contribuição social	21.576	4.905	21.576	4.905
Total	**81.041**	**49.220**	**81.041**	**49.220**

A Companhia e sua controlada AES Tietê Integra são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento das antecipações de imposto de renda e contribuição social mensais, a Companhia efetuou os recolhimentos relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2017 com base na estimativa. Do mesmo modo, a controlada AES Tietê Integra, utilizando-se da apuração com base no balancete de suspensão, apurou prejuízo fiscal. Dessa forma, não foi necessário efetuar nenhum pagamento relativo a imposto de renda e contribuição social nesse período.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia efetuou recolhimentos por estimativa no valor total de R$26.983, pagamento da cota de ajuste anual do exercício de 2016 no montante de R$34.448 e complemento do ajuste anual referente a exercícios anteriores no montante de R$642. Além disso, a Companhia efetuou pagamentos relativos a IRRF no montante de R$6.957 e sua controlada AES Tietê Integra no montante de R$6.

13.2 Outros tributos a pagar

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Federais				
PIS	792	-	799	-
COFINS	3.649	-	3.681	-
IRRF a recolher	71	8.872	72	8.872
FGTS	356	553	371	553
INSS	2.079	2.052	2.171	2.052
Outros	353	390	353	390
	7.300	**11.867**	**7.447**	**11.867**
Estaduais				
ICMS	2.822	1.857	2.822	1.857
	2.822	**1.857**	**2.822**	**1.857**
Municipais				
ISS	239	460	252	460
	239	**460**	**252**	**460**
Total	**10.361**	**14.184**	**10.521**	**14.184**

Notas Explicativas

14 Debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro

14.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

			Controladora e Consolidado							
			30.06.2017							
			Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 9,91%	1.058	-	(2.489)	(1.431)	328.737	(7.321)	321.416	319.985
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	6.375	-	(850)	5.525	183.385	(5.328)	178.057	183.582
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	12.021	-	(1.039)	10.982	682.380	(4.526)	677.854	688.836
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	3.344	-	(325)	3.019	319.248	(2.290)	316.958	319.977
Subtotal			**22.798**	**-**	**(4.703)**	**18.095**	**1.513.750**	**(19.465)**	**1.494.285**	**1.512.380**
Empréstimos e financiamentos										
Nota promissória - 3ª Emissão	2018	CDI + 1,54%	1.573	900.000	(1.584)	899.989	-	-	-	899.989
Subtotal			**1.573**	**900.000**	**(1.584)**	**899.989**	**-**	**-**	**-**	**899.989**
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro		8,49 a 15,64	-	377	-	377	311	-	311	688
Subtotal			**-**	**377**	**-**	**377**	**311**	**-**	**311**	**688**
Total da dívida			**24.371**	**900.377**	**(6.287)**	**918.461**	**1.514.061**	**(19.465)**	**1.494.596**	**2.413.057**

			Controladora e Consolidado							
			31.12.2016							
			Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures										
Debêntures - 2ª Emissão	2019	CDI+1,50	8.701	165.983	(2.425)	172.259	332.017	(2.003)	330.014	502.273
Debêntures - 3ª Emissão	2020	114,61% do CDI	11.951	-	(1.596)	10.355	300.000	(2.237)	297.763	308.118
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série)	2018	CDI + 2,35%	971	74.371	(985)	74.357	74.371	(514)	73.857	148.214
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 9,91%	1.143	-	(2.376)	(1.233)	322.987	(8.580)	314.407	313.174
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	544	-	(821)	(277)	180.177	(5.757)	174.420	174.143
Subtotal			**23.310**	**240.354**	**(8.203)**	**255.461**	**1.209.552**	**(19.091)**	**1.190.461**	**1.445.922**
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro		8,49 a 15,64	-	315	-	315	333	-	333	648
Subtotal			**-**	**315**	**-**	**315**	**333**	**-**	**333**	**648**
Total da dívida			**23.310**	**240.669**	**(8.203)**	**255.776**	**1.209.885**	**(19.091)**	**1.190.794**	**1.446.570**

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Os recursos obtidos por meio da 6ª emissão de debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 2ª e 3ª Emissão de Debêntures e da 2ª série da 4ª Emissão de Debêntures, com o consequentemente pagamento de prêmio de resgate antecipado no montante de R$7.639 (nota nº 23). Os pré-pagamentos dessas dívidas foram necessários para readequação dos *covenants* financeiros das dívidas vigentes e, desta forma, estar em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

Notas Explicativas

14.2 A movimentação das debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro é como segue:

Moeda nacional Instituições Financeiras / Credores	Saldo Inicial 31.12.2016	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Diferimento Custos de Transação	Amortização Custos de Transação	Saldo Final 30.06.2017
Debêntures									
Debêntures - 2ª Emissão	502.273	-	22.013	-	(498.000)	(30.714)	-	4.428	-
Debêntures - 3ª Emissão	308.118	-	13.424	-	(300.000)	(25.375)	-	3.833	-
Debêntures - 4ª Emissão (2ª Série)	148.214	-	7.220	-	(148.742)	(8.191)	-	1.499	-
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	313.174	-	13.365	5.750	-	(13.451)	-	1.147	319.985
Debêntures - 5ª Emissão	174.143	-	5.833	3.208	-	-	-	398	183.582
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	-	682.380	12.021	-	-	-	(5.724)	159	688.836
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	-	317.620	3.343	1.628	-	-	(2.664)	50	319.977
Subtotal	**1.445.922**	**1.000.000**	**77.219**	**10.586**	**(946.742)**	**(77.731)**	**(8.388)**	**11.514**	**1.512.380**
Empréstimos e financiamentos									
Nota promissória - 3ª Emissão	-	900.000	1.572	-	-	-	(1.609)	26	899.989
Subtotal	**-**	**900.000**	**1.572**	**-**	**-**	**-**	**(1.609)**	**26**	**899.989**
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro	648	187	51	-	(198)	-	-	-	688
Subtotal	**648**	**187**	**51**	**-**	**(198)**	**-**	**-**	**-**	**688**
Total	**1.446.570**	**1.900.187**	**78.842**	**10.586**	**(946.940)**	**(77.731)**	**(9.997)**	**11.540**	**2.413.057**

14.3 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

Valor Ingresso	Data Emissão	Descrição	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Amortização do Principal	Montante	Vencimento	Finalidade
R$ 303.205	15 de dezembro de 2015	4ª Emissão (3ª série)	IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	R$ 328.737 (*)	Dezembro de 2020	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
R$ 180.000	15 de dezembro de 2016	5ª Emissão Debêntures	IPCA + 6,54%	Anual	Única	R$ 91.693 (*) R$ 91.693 (*)	Dezembro de 2022 Dezembro de 2023	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
R$ 1.000.000	15 de abril de 2017	6ª Emissão (1ª série)	CDI + 0,90%	Semestrais	Anual	R$ 341.190 R$ 341.190	Abril de 2021 Abril de 2022	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
		6ª Emissão (2ª série)	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	R$ 159.624 (*) R$ 159.624 (*)	Abril de 2023 Abril de 2024	
R$ 900.000	26 de junho de 2017	3ª Emissão de Nota Promissória	CDI + 1,35%	No vencimento	Única	R$ 900.000	Junho de 2018	Reforço de capital de giro e aquisição do Projeto Alto Sertão II

(*) O saldo devedor é corrigido monetariamente pelo IPCA em uma base diária, sendo este montante incorporado ao saldo da dívida.

Arrendamento financeiro – Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento financeiro, em 30 de junho de 2017, registrado pela Companhia era de R$688 no passivo e R$629 no ativo (R$648 no passivo e R$600 no ativo em 31 de dezembro de 2016). A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos.

14.4 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	30.06.2017		31.12.2016	
	R$	%	R$	%
Moeda nacional				
CDI	1.575.231	65,95	936.982	65,83
IPCA	812.767	34,03	485.630	34,12
Taxa fixa	688	0,02	648	0,05
Total	**2.388.686**	**100,00**	**1.423.260**	**100,00**

Notas Explicativas

14.5 Em 30 de junho de 2017, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
	R$	R$	R$	R$
2018	-	232	(2.550)	(2.318)
2019	-	61	(5.501)	(5.440)
2020	328.737	18	(5.895)	322.860
2021	341.190	-	(2.605)	338.585
Após 2021	843.823	-	(2.914)	840.909
	1.513.750	**311**	**(19.465)**	**1.494.596**

14.6 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

	30.06.2017	31.12.2016
CDI [(i)]	10,14%	13,63%
IPCA [(ii)]	3,00%	6,29%

(i) Índice do último dia útil do período

(ii) Índice acumulado dos últimos 12 meses

14.7 Compromissos financeiros – "*Covenants*"

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures, empréstimos e financiamentos.

Conforme definido nos contratos, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

(i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado [(*)] dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior a 3,5 vezes, sendo que em caso de Aquisição de Ativos pela emissora, o índice assume como limite 3,85x durante o período de 36 meses ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro, com exceção da 4ª emissão de debêntures, cuja escritura não contempla o ajuste para o caso de Aquisição de Ativos. Em 30 de junho de 2017 este índice era de 0,97 vezes;

(ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,5 vezes, com exceção da 4ª emissão de debêntures, na qual o índice deve ser superior a 1,75 vezes. Em 30 de junho de 2017 este índice era de 4,37 vezes.

A Companhia ressalta ainda que está em fase de alinhamento junto aos detentores da 3ª série da 4ª emissão, com o objetivo de ajustar a redação dos covenants desta emissão para refletir os mesmos termos das demais dívidas.

Notas Explicativas

A não observância dos índices mencionados anteriormente por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, com exceção da 4ª emissão, na qual a não observância dos índices implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 30 de junho de 2017 foram atendidos.

(*) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha "Resultado antes dos tributos sobre o lucro" (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada. Com exceção da 4ª emissão de debêntures, todas as emissões consideram que no caso de uma aquisição de ativos, o cálculo e a verificação do índice financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado proforma do ativo adquirido, consolidado com o da Emissora, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva aquisição de ativos.

15 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Encargos sobre folha de pagamento	766	1.391	793	1.391
Folha de pagamento outros	76	17	84	17
Férias	8.566	7.764	8.870	7.764
Provisão - 13º salário	2.092	-	2.185	-
Encargos sociais sobre férias e gratificações	3.861	2.819	4.000	2.819
Participação nos lucros e resultados	5.839	8.742	6.013	8.742
Bônus (*)	912	1.538	912	1.538
Total Circulante	**22.112**	**22.271**	**22.857**	**22.271**
Bônus (*)	301	154	301	154
Total Não Circulante	**301**	**154**	**301**	**154**

(*) Definido pela The AES Corporation, é um bônus diferido atrelado ao cumprimento de metas trienais. Representa 50% do ILP (Incentivo de Longo Prazo) de cada Diretor (estatutário e não estatutário) e o pagamento é assumido localmente pela Companhia. O indicador de referência é o EBITDA. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4° ano.

Notas Explicativas

16 Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 7,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Em 30 de junho de 2017, a Companhia não verificou nenhuma alteração significativa de mercado que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2016.

(a) Movimentação do passivo registrado:

	Controladora e Consolidado
	30.06.2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**7.981**
Despesa do período conforme laudo atuarial	1.742
Pagamentos de contribuições	(656)
Saldo em 30 de junho de 2017	**9.067**

Notas Explicativas

(b) Despesas reconhecidas no resultado do período:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	01.04.2017 a 30.06.2017	01.01.2017 a 30.06.2017	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016
Custo dos serviços correntes	695	1.391	281	535
Custo dos juros	9.170	18.339	8.125	16.219
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.994)	(17.988)	(8.189)	(16.347)
Total das despesas benefício definido	**871**	**1.742**	**217**	**407**
Outras contribuições	184	392	(430)	(94)
Total da despesa no período	**1.055**	**2.134**	**(213)**	**313**

16.1 Contratos com a FUNCESP

Quando da sua privatização, a Companhia assumiu a cobertura do déficit atuarial do plano de previdência privada vigente até aquele momento, referente aos benefícios de aposentados e pensionistas e a garantia aos empregados ativos de um benefício, na data de sua aposentadoria, proporcional ao serviço passado. Para financiar esse déficit atuarial, em 25 de novembro de 1997, a Companhia firmou um contrato de confissão de dívida com a FUNCESP com vencimento em setembro de 2027. No final de cada período é feita uma avaliação atuarial e eventuais déficits ou superávits do plano apurados a cada avaliação são acrescidos ou subtraídos do saldo do contrato, promovendo um recálculo das parcelas remanescentes. Na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2016, foi identificado um déficit pela FUNCESP de R$8.045. Contudo, o referido déficit apresenta-se inferior ao limite de R$15.227, estabelecido pelo Artigo 280 da Resolução CGPC n° 26/2008, não sendo necessário o seu equacionamento imediato.

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano (FUNCESP) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os números são diferentes, pois os cálculos seguem metodologias e premissas distintas.

17 Provisões para processos judiciais e outros

17.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.06.2017	31.12.2016	30.06.2017	31.12.2016
Trabalhista (a)	4.029	3.774	2.985	3.109
Meio ambiente (b)	2.071	2.017	-	-
Cível	3.024	2.852	-	-
Regulatório (c)				
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	26.543	25.898	-	-
Despacho 288 (c.2)	33.256	33.515	-	-
Fiscal (d)				
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	5.651	5.531	-	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.2)	1.328	3	1.010	3
Total	**75.902**	**73.590**	**3.995**	**3.112**
Circulante	1.165	1.571		
Não Circulante	74.737	72.019		
Total	**75.902**	**73.590**		

Notas Explicativas

O total de cauções e depósitos vinculados em 30 de junho de 2017 no montante de R$4.726 (R$4.465 em 31 de dezembro de 2016), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	Cauções e Depósitos Vinculados	
	30.06.2017	31.12.2016
Processos prováveis	3.995	3.112
Processos possíveis	-	74
Processos remotos	731	1.279
	4.726	**4.465**

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora e Consolidado					
	31.12.2016	Provisão	Atualização monetária / cambial	Reversão de provisão	Pagamentos	30.06.2017
Trabalhista (a)	3.774	548	326	(19)	(600)	4.029
Meio ambiente (b)	2.017	54	-	-	-	2.071
Cível	2.852	-	172	-	-	3.024
Regulatório (c)						
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	25.898	-	645	-	-	26.543
Despacho 288 (c.2)	33.515	-	(259)	-	-	33.256
Fiscal (d)						
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	5.531	-	120	-	-	5.651
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.2)	3	1.315	10	-	-	1.328
Total	**73.590**	**1.917**	**1.014**	**(19)**	**(600)**	**75.902**
Circulante	1.571					1.165
Não circulante	72.019					74.737
Total	**73.590**					**75.902**

A seguir a Companhia apresenta um resumo dos processos judiciais provisionados aos quais está envolvida, e as respectivas atualizações ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2017. Para maiores detalhes dos referidos processos, vide nota explicativa nº 16.1 das Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(a) Trabalhistas: Existem 153 processos (161 em 31 de dezembro de 2016) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 37 processos (37 em 31 de dezembro de 2016).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que estes processos serão concluídos até 2022.

(b) Meio ambiente: Existem 337 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 310 demandas, já que as demais 27 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R$2.071 (R$2.017 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2023.

(c) Regulatório:

(c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia em adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Atualmente a Companhia aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 30 de junho de 2017, no montante de R$26.543 (R$25.898 em 31 de dezembro de 2016).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2020.

(c.2) Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia – MAE. Tais alterações reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. A última atualização referente ao processo foi em 15 de janeiro de 2016, data em que foi publicada uma nova decisão de segunda instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1a Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de junho de 2017 corresponde a R$33.256 (R$33.515 em 31 de dezembro de 2016).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2022.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R$132.746 (R$140.384 em 31 de dezembro de 2016) envolvidos na discussão, apenas R$5.651 (R$5.531 em 31 de dezembro de 2016) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2019.

(d.2) A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia está obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A Companhia compensou os débitos com seus créditos de

Notas Explicativas

tributos federais até março de 2017, no total de R$6.855, referente às competências de julho de 2015 a fevereiro de 2017. A partir de abril de 2017 (competência de março de 2017), a Companhia passou a efetuar depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 30 de junho de 2017, corresponde a R$1.328 e efetuou depósitos judiciais no montante de R$1.010. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora e Consolidado Valor estimado da Contingência 30.06.2017	Controladora e Consolidado Valor estimado da Contingência 31.12.2016
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado
Cível* (b)	8.945	8.449
Fiscal (c)	258.723	265.746
Regulatório (d)	109.482	102.679
Imobiliário (e)	Não determinado	Não determinado
Total	**377.150**	**376.874**

* A Companhia também apresenta como processo cível a Obrigação de Expansão o qual, no momento, não é possível estimar o valor de um possível desembolso futuro.

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R$5.000 e relevância do tema.

(a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de Bariri, Nova Avanhandava e Barra Bonita, e possuem valor de causa simbólico motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro. Nas ações dos Reservatórios de Bariri e Nova Avanhandava não houve andamentos no último período. Já com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia.

Notas Explicativas

(b) Cível:

(b.1) Obrigação de expansão: Vide nota explicativa nº 1.2.

(b.2) Em 13 de março de 2013, a Dois Irmãos Comércio e Reflorestamento Limitada ("Dicrel") moveu ação judicial contra a Companhia postulando valores supostamente devidos pela Companhia em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre as partes. O processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R$6.847, atualizado até 30 de junho de 2017 (R$6.481 em 31 de dezembro de 2016).

(c) Fiscal:

(c.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº17.1 sendo estimado como perda possível R$127.094 de um total de R$132.746 (R$134.853 de um total de R$140.384 em 31 de dezembro de 2016). Em abril de 2017, os assessores legais da Companhia reavaliaram a forma de atualização de uma das compensações administrativas e procedeu um ajuste no valor estimado no montante de R$16.700. Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de segunda instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor de R$43.500. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. No tocante as demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF (segunda instância administrativa).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2019. Para a compensação em que a Companhia apresentou recurso especial em abril de 2017, os assessores jurídicos estimam a conclusão durante o ano de 2018.

(c.2) Auto de infração – ágio: Refere-se ao Auto de Infração emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos à IRPJ e CSLL, no montante de R$105.031 atualizado até 30 de junho de 2017 (R$102.784 até 31 de dezembro de 2016), supostamente devidos em razão da dedutibilidade do ágio registrado pela Companhia na incorporação da AES Gás S.A e da AES Tietê Participações S.A. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a

Notas Explicativas

Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial a ser apreciado pela Câmara Superior do CARF. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

(c.3) Auto de infração – Refere-se ao Auto de Infração emitido pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 30 de junho de 2017 é de R$7.545 (R$7.377 em 31 de dezembro de 2016).

(c.4) Mandado de Segurança- Multa de Mora: Em abril de 2005, a Companhia moveu ação judicial em face da União Federal com o intuito de afastar a aplicação de multa de mora dos pagamentos de diferenças espontaneamente recolhidas a título de Contribuição ao PIS e da COFINS, referentes aos meses de junho a outubro de 2004. Em outubro de 2005, foi proferida decisão de primeira instância, favorável aos interessas da Companhia. Em decorrência, a União Federal interpôs o recurso de apelação. Em setembro de 2008, foi proferida decisão de segunda instância que negou provimento ao recurso da União Federal, mantendo a decisão favorável a Companhia. Em face desta decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial e a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região determinou que fosse realizado o juízo de retratação e, com isso, um novo julgamento do recurso de apelação da União. Em fevereiro de 2010, foi proferida decisão monocrática favorável aos interesses da União Federal. Em decorrência, em fevereiro de 2011, a Companhia interpôs Recurso Especial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso. O valor atualizado até 30 de junho de 2017 é de R$9.028 (R$8.808 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Regulatório: Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013: Refere-se principalmente a alterações na forma de rateio do custo do despacho adicional de usina termelétricas estabelecido na Resolução CNPE nº 3. A última atualização referente ao processo foi em 07 de junho de 2016, quando por unanimidade de votos, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento ao recurso de apelação da União. Com base nas decisões judiciais e nos pareceres jurídicos obtidos pela APINE, a Companhia não reconhece o custo do ESS por motivo de segurança energética. A liminar obtida pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) continua vigente.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R$109.482, referentes aos valores originais divulgados pela CCEE nas liquidações financeiras ocorridas até 30 de junho de 2017 (R$102.661 até 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

(e) Imobiliário: Ismênia Francisco Alves apresentou Ação de Desapropriação indireta do imóvel confrontante em face da Companhia, em razão da erosão hídrica das águas do reservatório requerendo, além da indenização, realização de obras para contenção da erosão (águas do reservatório teriam invadido e inutilizado parte da propriedade da Autora). Em março de 2017, foi proferida decisão de primeira instância favorável aos interesses da Companhia, a qual julgou totalmente improcedente a ação de desapropriação indireta proposta em face da Companhia. Em junho de 2017, a autora interpôs o recurso de apelação. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, esta deverá ser apurada em fase de liquidação de sentença, portanto, trata-se de valor inestimável.

17.3 Outros processos - rebaixamento hidrelétrico

Refere-se ao processo ao qual a Companhia possui liminar vigente, evitando o desembolso temporário de caixa. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia estima o desembolso de aproximadamente R$366.780 até 30 de junho de 2017 (R$314.996 em 31 de dezembro de 2016), montante este recebido pela Companhia por meio das liquidações financeiras da CCEE, sem impacto deste valor em sua demonstração de resultado, uma vez que os efeitos dessas operações já se encontram devidamente reconhecidos, sem considerar os efeitos das medidas liminares. Vide notas explicativas nº 12 e 27.2 (c.2).

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui 1 carta de fiança no valor de R$383 e 3 seguros garantia no valor de R$5.837 para processos judiciais de natureza tributária, totalizando uma importância segurada de R$6.220, ao custo de 0,35% a 3,25% a.a. Os valores referentes ao seguro garantia estão registrados como despesas pagas antecipadamente e amortizados no resultado do período de acordo com o prazo contratual, de forma linear.

18 Encargos setoriais

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	3.505	2.870
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	495	449
Ministério de Minas e Energia	247	224
Taxa de fiscalização ANEEL	565	572
CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	9.150	14.112
Subtotal	**13.962**	**18.227**
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	16.589	16.769
Subtotal	**16.589**	**16.769**
Total	**30.551**	**34.996**

Notas Explicativas

19 Patrimônio líquido

Para maiores detalhes sobre o capital social, vide nota explicativa nº 18.1 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

	30.06.2017		31.12.2016	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	477.289.199	61,57	477.289.199	61,57
BNDESPar	111.477.600	14,38	111.477.600	14,38
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31.228.340	4,03	31.228.340	4,03
Outros	155.179.442	20,02	155.179.442	20,02
Ações ordinárias em circulação	**775.174.581**	**100,00**	**775.174.581**	**100,00**
Ações em tesouraria	3	-	3	-
Total das ações ordinárias	**775.174.584**	**100,00**	**775.174.584**	**100,00**

	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	471.926	0,04	471.926	0,04
BNDESPar	445.910.403	37,40	445.910.403	37,40
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	124.913.360	10,48	124.913.360	10,48
Outros	620.914.627	52,08	620.914.627	52,08
Ações preferenciais em circulação	**1.192.210.316**	**100,00**	**1.192.210.316**	**100,00**
Ações em tesouraria	12	-	12	-
Total das ações preferenciais	**1.192.210.328**	**100,00**	**1.192.210.328**	**100,00**
Total das ações	**1.967.384.912**		**1.967.384.912**	

19.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30.06.2017	31.12.2016
Reservas de capital:		
Reserva especial de ágio na incorporação	186.570	186.570
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	2.229	2.097
Subtotal	**198.204**	**198.072**
Avaliação patrimonial:		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	830.070	858.717
Outros resultados abrangentes:		
Plano de previdência privada - perdas atuariais, líquido de impostos	(3.289)	(3.289)
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos (a)	999	-
Subtotal	**(2.290)**	**(3.289)**
Reservas de lucro:		
Reserva legal	73.425	73.425
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	34.528
Subtotal	**73.425**	**107.953**
Total	**1.099.409**	**1.161.453**

Para maiores detalhes sobre as reservas de capital e de lucro, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes, vide nota explicativa nº 18.2 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

a) Parcela efetiva resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa e reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". Para mais detalhes vide nota explicativa nº 27.1.2.

19.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em dezembro de 2016, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R$34.528, correspondente a R$0,01754997248 por ação ordinária e preferencial e R$0,0877498624 por Unit referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica "proposta de distribuição de dividendos adicionais". Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovada sua distribuição, sendo o pagamento realizado em 25 de maio de 2017.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2016, foi aprovada a distribuição dos juros sobre o capital próprio, não imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R$59.983 correspondente a R$0,03048851034 por ação ordinária e preferencial e R$0,15244255170 por Unit. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovada a data de pagamento a qual foi realizada em 25 de maio de 2017.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R$133.320 correspondente a R$0,06776505911 por ação ordinária e preferencial e R$0,33882529555 por Unit referente ao período encerrado em 31 de março de 2017. O pagamento foi realizado em 25 de maio de 2017.

20 Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é o de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Em 15 de agosto de 2016, a Companhia emitiu 24.081.050 ações ordinárias e 37.036.400 ações preferenciais através de capitalização de parcela da reserva especial de ágio. A Companhia entende que a transação ocorreu sem ingresso de novos recursos, sendo assim, considerou necessário ajustar a média ponderada de ações como se o evento tivesse ocorrido no início do último exercício apresentado conforme CPC 41. Desta forma, o cálculo do resultado básico e diluído por ação foi também ajustado para o período comparativo apresentado. Assim, tanto o numerador (lucro do período) quanto denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

Notas Explicativas

As ações preferenciais e ordinárias da Companhia possuem direitos econômicos equivalentes.

20.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, excluindo as ações ordinárias e preferenciais mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora			
	01.04.2017 a 30.06.2017	01.01.2017 a 30.06.2017	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016
Numerador:				
Resultado líquido do período	90.978	216.978	103.108	177.570
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	775.175	775.175	775.175	775.175
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.192.210	1.192.210	1.192.210	1.192.210
Remuneração das ações preferenciais - idênticas às ordinárias	1,00	1,00	1,00	1,00
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	1.192.210	1.192.210	1.192.210	1.192.210
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico por ação	1.967.385	1.967.385	1.967.385	1.967.385
Denominador para lucro básico por ação ajustado	1.967.385	1.967.385	1.967.385	1.967.385
Resultado básico por ação (R$ por ação)				
Resultado básico por ação ordinária	0,04624	0,11029	0,05241	0,09026
Resultado básico por ação preferencial	0,04624	0,11029	0,05241	0,09026
Resultado básico por Unit	0,23122	0,55144	0,26204	0,45128

Resultado atribuível aos acionistas:

Períodos	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.04.2017 a 30.06.2017	35.842	55.136	90.978
01.01.2017 a 30.06.2017	85.479	131.499	216.978
01.04.2016 a 30.06.2016	40.626	62.482	103.108
01.01.2016 a 30.06.2016	69.965	107.605	177.570

20.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação - diluído

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui uma reserva especial de ágio no montante de R$186.570 (R$186.570 em 31 de dezembro de 2016), que poderá ser capitalizada a favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR Participações S.A., sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.2, das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 47,38% para 45,78% em 30 de junho de 2017, considerando os preços das ações nesta mesma data.

Notas Explicativas

	Controladora			
	01.04.2017 a 30.06.2017	01.01.2017 a 30.06.2017	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016
Numerador:				
Resultado líquido do período	90.978	216.978	103.108	177.570
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	802.201	802.201	815.913	815.913
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.234.084	1.234.084	1.265.013	1.265.013
Resultado diluído por ação (R$ por ação)				
Resultado diluído por ação ordinária	0,04468	0,10656	0,04955	0,08533
Resultado diuído por ação preferencial	0,04468	0,10656	0,04955	0,08533
Resultado diluído por Unit	0,22339	0,53278	0,24775	0,42666

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.04.2017 a 30.06.2017	35.842	55.136	90.978
01.01.2017 a 30.06.2017	85.479	131.499	216.978
01.04.2016 a 30.06.2016	40.422	62.686	103.108
01.01.2016 a 30.06.2016	69.613	107.957	177.570

21 Suprimento, compra e transporte de energia elétrica

	Consolidado				Controladora			
	01.04.2017 a 30.06.2017		01.01.2017 a 30.06.2017		01.04.2016 a 30.06.2016		01.01.2016 a 30.06.2016	
Geração própria e outras:	MWh	R$	MWh	R$	MWh	R$	MWh	R$
Leilão - Eletropaulo (nota 25.1)	29.759	4.491	122.648	18.511	105.742	15.015	214.952	30.523
Leilão - Outras empresas	61.954	9.593	131.470	19.999	80.558	11.440	169.433	24.060
Contratos bilaterais	2.540.137	411.064	5.015.523	794.178	2.937.634	422.850	5.510.656	792.251
Mercado de curto prazo								
MRE	442.201	4.416	859.921	8.345	746.195	9.193	1.844.122	22.617
SPOT	(25.239)	8.288	276.610	49.541	151.796	5.646	344.886	26.476
Outros	-	13.070	-	16.145	-	1.266	-	2.275
Outras receitas	-	68	-	95	-	40	-	63
Receita operacional bruta - controladora	**3.048.812**	**450.990**	**6.406.172**	**906.814**	**4.021.925**	**465.450**	**8.084.049**	**898.265**
Pesquisa e desenvolvimento	-	(3.821)	-	(7.678)	-	(3.133)	-	(6.965)
PIS	-	(7.356)	-	(14.699)	-	(7.549)	-	(14.585)
COFINS	-	(33.959)	-	(67.705)	-	(34.771)	-	(67.180)
ICMS	-	(8.250)	-	(15.962)	-	(7.936)	-	(14.322)
Receita operacional líquida - controladora	**3.048.812**	**397.604**	**6.406.172**	**800.770**	**4.021.925**	**412.061**	**8.084.049**	**795.213**
AES Tietê Integra:								
Outras receitas	-	2.017	-	2.017	-	-	-	-
PIS	-	(33)	-	(33)	-	-	-	-
COFINS	-	(153)	-	(153)	-	-	-	-
ISS	-	(44)	-	(44)	-	-	-	-
Receita operacional líquida - consolidado	**3.048.812**	**399.391**	**6.406.172**	**802.557**	**4.021.925**	**412.061**	**8.084.049**	**795.213**
Energia elétrica comprada e transporte:								
Contratos bilaterais	452.062	(92.515)	748.180	(140.190)	231.776	(33.920)	366.188	(49.972)
Mercado de curto prazo								
MRE	-	-	-	-	38.825	(747)	85.860	(1.768)
SPOT	27.700	11.961	9.907	11.235	483.942	(41.168)	750.791	(116.074)
Outros	-	1	-	(136)	-	(9.470)	-	(20.263)
Encargos de transmissão	-	(31.770)	-	(63.635)	-	(29.068)	-	(57.947)
Encargos de conexão	-	(928)	-	(1.834)	-	(601)	-	(1.636)
PIS crédito	-	2.759	-	4.272	-	2.519	-	3.363
COFINS crédito	-	12.709	-	19.679	-	11.599	-	15.488
Total - controladora e consolidado	**479.762**	**(97.783)**	**758.087**	**(170.609)**	**754.543**	**(100.856)**	**1.202.839**	**(228.809)**

Notas Explicativas

22 Outras receitas e despesas

	Controladora e Consolidado			
	01.04.2017 a 30.06.2017	01.01.2017 a 30.06.2017	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016
Ganhos na alienação de bens e direitos	58	58	159	207
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(4.292)	(4.487)	-	-
Doações ao Instituto AES Brasil (nota 25.1)	(490)	(650)	-	-
Outras doações	(3)	(27)	(360)	(563)
Seguros	(2.141)	(4.294)	(2.096)	(4.164)
Arrendamentos e aluguéis	(316)	(648)	(286)	(564)
Outras contribuições setoriais	(1.603)	(3.277)	(1.347)	(2.715)
Impostos	(50)	(75)	(205)	(245)
Ônus de acordo bileteral - Eletropaulo (nota 1)	(7.738)	(7.738)	-	-
Outros	(115)	(410)	(241)	(798)
Total	**(16.690)**	**(21.548)**	**(4.376)**	**(8.842)**

23 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado	
	01.04.2017 a 30.06.2017	01.01.2017 a 30.06.2017	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016	01.04.2017 a 30.06.2017	01.01.2017 a 30.06.2017
Receitas Financeiras						
Renda de aplicações financeiras	20.233	40.269	20.611	44.966	20.305	40.341
Renda de depósitos judiciais	2	220	2.121	2.879	2	220
PIS e COFINS sobre receita financeira	(953)	(1.904)	(1.069)	(2.242)	(956)	(1.907)
Outras	155	352	220	328	155	352
Total	**19.437**	**38.937**	**21.883**	**45.931**	**19.506**	**39.006**
Despesas Financeiras						
Encargos de dívidas	(46.681)	(90.382)	(49.139)	(92.947)	(46.681)	(90.382)
Prêmio de resgate antecipado	(7.639)	(7.639)	-	-	(7.639)	(7.639)
Atualização monetária - 4ª (3ª série), 5ª e 6ª (2ª série) debêntures	(5.029)	(10.586)	(5.531)	(14.882)	(5.029)	(10.586)
Atualizações monetárias - P&D e Eficiência Energética	(475)	(1.040)	(568)	(1.129)	(475)	(1.040)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (*)	2.463	5.317	5.038	9.961	2.463	5.317
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(104)	(347)	(80)	(113)	(105)	(348)
Cartas de fiança e seguros garantia	(441)	(1.012)	(836)	(1.381)	(441)	(1.012)
Atualização monetária sobre ônus de acordo bileteral - Eletropaulo	(143)	(143)	-	-	(143)	(143)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	288	(369)	(1.105)	(2.476)	288	(369)
Atualização monetária de passivo ambiental	(263)	(556)	(280)	(551)	(263)	(556)
Atualização monetária rebaixamento (nota 12)	10.318	7.573	(21.364)	(21.364)	10.318	7.573
Outras	(1.065)	(2.012)	(519)	(1.557)	(1.066)	(2.013)
Total	**(48.771)**	**(101.196)**	**(74.384)**	**(126.439)**	**(48.773)**	**(101.198)**
Variações Cambiais, líquidas						
Ganho sobre o repasse de energia - Itaipú (nota 17.1)	(1.836)	(645)	4.585	9.127	(1.836)	(645)
Outras	(11)	(5)	128	177	(11)	(5)
Total	**(1.847)**	**(650)**	**4.713**	**9.304**	**(1.847)**	**(650)**
Total Líquido	**(31.181)**	**(62.909)**	**(47.788)**	**(71.204)**	**(31.114)**	**(62.842)**

(*) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 14,0% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2017 (17,0% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2016), sobre os ativos qualificáveis.

Notas Explicativas

24 Imposto de renda e contribuição social

A composição da base de cálculo e a conciliação desses tributos é a seguinte:

No trimestre	Controladora				Consolidado	
	01.04.2017 a 30.06.2017		01.04.2016 a 30.06.2016		01.04.2017 a 30.06.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:						
Na rubrica de tributos:						
Corrente	(26.729)	(9.708)	(26.902)	(9.754)	(26.729)	(9.708)
Diferidos	(9.991)	(3.579)	(11.907)	(4.267)	(9.750)	(3.492)
Total	**(36.720)**	**(13.287)**	**(38.809)**	**(14.021)**	**(36.479)**	**(13.200)**
b) Demonstração do cálculo dos tributos:						
Resultado antes dos tributos	**140.985**	**140.985**	**155.938**	**155.938**	**140.657**	**140.657**
Adições (exclusões):						
Doações	561	561	(12)	(12)	561	561
Resultado de equivalência patrimonial	638	638	-	-	-	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	4.292	4.292	-	-	4.292	4.292
Ganhos não realizados em operações de hedge	(1.007)	(1.007)	-	-	(1.007)	(1.007)
Outras	2.148	2.148	(140)	(140)	2.149	2.148
Total das adições (exclusões)	**6.632**	**6.632**	**(152)**	**(152)**	**5.995**	**5.994**
Resultado ajustado	**147.617**	**147.617**	**155.786**	**155.786**	**146.652**	**146.651**
Alíquota	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	**(36.904)**	**(13.286)**	**(38.946)**	**(14.021)**	**(36.663)**	**(13.199)**
Incentivos fiscais	178	-	131	-	178	-
Ajuste de anos anteriores (P&D)	-	(1)	-	-	-	(1)
Outros	6	-	6	-	6	-
Total da despesa com tributos	**(36.720)**	**(13.287)**	**(38.809)**	**(14.021)**	**(36.479)**	**(13.200)**
Alíquota efetiva	**26,0%**	**9,4%**	**24,9%**	**9,0%**	**25,9%**	**9,4%**

No semestre	Controladora				Consolidado	
	01.01.2017 a 30.06.2017		01.01.2016 a 30.06.2016		01.01.2017 a 30.06.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:						
Na rubrica de tributos:						
Corrente	(60.366)	(21.900)	(49.471)	(17.971)	(60.366)	(21.900)
Diferidos	(23.477)	(8.414)	(17.541)	(6.276)	(23.236)	(8.327)
Total	**(83.843)**	**(30.314)**	**(67.012)**	**(24.247)**	**(83.602)**	**(30.227)**
b) Demonstração do cálculo dos tributos:						
Resultado antes dos tributos	**331.135**	**331.135**	**268.829**	**268.829**	**330.807**	**330.807**
Adições (exclusões):						
Doações	750	750	218	218	750	750
Resultado de equivalência patrimonial	638	638	-	-	-	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	4.487	4.487	-	-	4.487	4.487
Ganhos não realizados em operações de hedge	1.514	1.514	-	-	1.514	1.514
Outras	(193)	(193)	365	359	(189)	(193)
Total das adições (exclusões)	**7.196**	**7.196**	**583**	**577**	**6.562**	**6.558**
Resultado ajustado	**338.331**	**338.331**	**269.412**	**269.406**	**337.369**	**337.365**
Alíquota	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	**(84.583)**	**(30.450)**	**(67.353)**	**(24.247)**	**(84.342)**	**(30.363)**
Incentivos fiscais	348	-	329	-	348	-
Ajuste de anos anteriores (P&D)	380	136	-	-	380	136
Outros	12	-	12	-	12	-
Total da despesa com tributos	**(83.843)**	**(30.314)**	**(67.012)**	**(24.247)**	**(83.602)**	**(30.227)**
Alíquota efetiva	**25,3%**	**9,2%**	**24,9%**	**9,0%**	**25,3%**	**9,1%**

Notas Explicativas

25 Partes relacionadas

25.1 Transações com partes relacionadas

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2017	31.12.2016
Ativo		
Contas a receber de partes relacionadas:		
Eletropaulo - Leilão (iv)	-	4.920
	-	**4.920**
Passivo		
Fornecedores:		
Instituto AES Brasil - doações (v)	491	-
AES Eletropaulo - sublocação (ii)	97	27
Outras obrigações		
Ônus de acordo bilateral - AES Eletropaulo (iv)	7.489	-
Obrigações com entidade de previdência privada		
FUNCESP - Obrigações pós-emprego (i) (nota 16)	9.067	7.981
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil	-	12.381
	17.144	**20.389**

	Controladora e Consolidado			
	01.04.2017 a 30.06.2017	01.01.2017 a 30.06.2017	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016
Resultado				
Receita operacional liquida				
Eletropaulo - Leilão (iv) (nota 21)	4.491	18.511	15.015	30.523
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (i) (nota 16)	(663)	(1.742)	(217)	(407)
Serviços de terceiros:				
AES Big Sky (iii)	-	-	4	(58)
Outras receitas e despesas				
Sublocação: AES Eletropaulo (ii)	(219)	(516)	(283)	(555)
Doações ao Instituto AES Brasil (v)	(490)	(650)	-	-
Ônus de acordo bilateral - AES Eletropaulo (iv)	(7.738)	(7.738)	-	-
Resultado financeiro				
Variações Monetarias - atualização do ônus de acordo bilateral (iv)	(143)	(143)	-	-
Variações Monetarias – AES Sul (Ordem 288) (vi)	-	-	(537)	(1.459)
	(4.762)	**7.722**	**13.982**	**28.044**

(i) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da FUNCESP. Com isso, os saldos com a FUNCESP estão demonstrados como transação com partes relacionadas. Os detalhes do plano previdenciário com a FUNCESP estão demonstrados na nota explicativa nº 16.

(ii) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) (sublocadora) e a Companhia (sublocatária) e entre a Eletropaulo e a incorporada AES Tietê, pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº. 2.804/2012.

(iii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de gestão e administração, suporte e hospedagem dos serviços de mensagem eletrônica da Companhia com a empresa AES Big Sky. Este contrato foi rescindido em setembro de 2016.

(iv) A partir de janeiro de 2016, a Companhia passou a vender energia através de leilão - CCEAR, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela ANEEL, para a Eletropaulo. O contrato tem prazo de duração de 3 anos e preço médio de R$142,00, e o volume envolvido é de aproximadamente 49,7 MWm.

Notas Explicativas

Por se tratar de um contrato regulado, o mesmo não foi submetido à anuência da ANEEL. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, foi aprovada a rescisão deste contrato a partir de maio de 2017 e a Companhia arcará com o ônus tarifário da Eletropaulo no montante de R$7.738.

(v) A Companhia integra os membros associados do Instituto AES Brasil. A partir de 2017, o Instituto AES Brasil consolida a atuação social voluntária das empresas do Grupo AES Brasil visando dar maior capilaridade e impacto aos projetos já existentes, e criar novas possibilidades de impacto social. As doações efetuadas ao Instituto AES Brasil têm o objetivo de subsidiar projetos que impulsionem a inovação social, viabilizando novas soluções de energia e de geração de renda que promovam transformações positivas na vida das pessoas e das comunidades.

(vi) As transações com a AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A ("AES Sul") (atualmente RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE Sul")) estão sendo demonstradas como parte relacionada até 31 de outubro de 2016, quando a AES Sul foi vendida para CPFL Jaguariúna participações Ltda. Contudo, a discussão judicial envolvendo tanto a Companhia quanto a RGE Sul continua em andamento, conforme mencionado na nota explicativa nº17.1 (c.2).

Contrato de Cooperação Recíproca

A Companhia e a Eletropaulo assinaram em 05 de junho de 2014 um Contrato de Cooperação Recíproca para Implantação do Projeto de Reflorestamento Ciliar, pelo prazo de 4 anos. A Companhia, como condicionante da licença de operação, precisa recompor a cobertura vegetal no entorno dos reservatórios e manter um viveiro de mudas. Assim a Companhia elaborou um Plano de Reflorestamento com previsão de conclusão até o final da concessão (2029) e conta com a formação de parcerias para seu cumprimento.

Já a Eletropaulo, em decorrência de manutenções e obras nas redes de distribuição e subtransmissão, possui Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental ("TCRAs") celebrados com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") a serem cumpridos. Desta forma a parceria se caracteriza com: (i) a Companhia indicando os espaços disponíveis para o reflorestamento e fornecendo as mudas gratuitamente e (ii) a Eletropaulo sendo a responsável pela execução do projeto e manutenção da área reflorestada.

Através desta parceria já foram plantados 116 hectares, sendo 50,7 hectares no Reservatório da Usina Hidrelétrica de Promissão e 65,3 hectares na Usina Hidrelétrica de Água Vermelha. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº. 719/2014. Por se tratar de contrato de cooperação, não há impactos a serem demonstrados como parte relacionadas.

25.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 a remuneração é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado			
	01.04.2017 a 30.06.2017	01.01.2017 a 30.06.2017	01.04.2016 a 30.06.2016	01.01.2016 a 30.06.2016
Benefícios de curto prazo (a)	1.267	2.873	1.576	2.758
Benefícios pós-emprego (b)	18	37	13	46
Outros benefícios de longo prazo (c)	70	88	20	87
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	-	-	489
Remuneração baseada em ações (d)	62	102	-	80
Total	**1.417**	**3.100**	**1.609**	**3.460**

a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);

b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;

c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e

d) Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

A remuneração dos administradores é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

26 Seguros

Em 30 de junho de 2017, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

	Período de vigência		
Risco	de	até	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2016	31/12/2017	3.250.000
Seguro terrorismo	31/12/2016	31/12/2017	975.000
Vida em grupo	01/01/2017	01/01/2018	25 X salário, com o máximo de R$ 1.833
Responsabilidade civil geral	01/04/2017	01/04/2018	40.000
Riscos ambientais	01/04/2017	01/04/2018	10.000
Frota veículos - RCF	01/04/2017	01/04/2018	RCFV Garantia única R$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2017	01/04/2018	100.000

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos – RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.

Notas Explicativas

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos (Consolidado)

27.1 Instrumentos financeiros

27.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada são como segue:

		30.06.2017		31.12.2016		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)	**Notas**					
Caixa e Equivalentes de caixa	4	200.467	200.467	72.086	72.086	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo	4	1.383.639	1.383.639	505.531	505.531	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, revendedores	5	244.541	244.541	159.972	159.972	Empréstimos e recebíveis
Ganhos não realizados em operações de hedge	27	1.514	1.514	-	-	Operações de hedge
Contas a receber de partes relacionadas	25	-	-	4.920	4.920	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	17	4.726	4.726	4.465	4.465	Empréstimos e recebíveis
Total		**1.834.887**	**1.834.887**	**746.974**	**746.974**	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	12	439.698	439.698	411.782	411.782	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	14	899.989	900.151	-	-	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	14	1.512.380	1.518.821	1.445.922	1.481.947	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	14	688	688	648	648	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		1.493	1.493	52.569	52.569	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		**2.854.248**	**2.860.851**	**1.910.921**	**1.946.946**	

A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica Debêntures, empréstimos e financiamentos o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

27.1.2 Exposição ao risco de preços entre submercados que são objeto hedge de fluxo de caixa

A Companhia está exposta a risco de diferenças de preços entre submercados decorrentes de contratos de venda de energia no submercado nordeste. A hidrologia crítica que vem se realizando no NE nos últimos anos indica que as diferenças de preços entre os submercados podem se manter nos próximos anos.

Com o objetivo de mitigar esse risco a Companhia efetuou operações de compra no submercado NE e revenda do volume no submercado SE, que foram realizadas com a mesma contraparte para travar a exposição dos preços de submercados para os anos de 2017 e 2018. Estas operações de compra e venda de energia foram firmadas com o objetivo exclusivo de mitigação de risco.

Em função das características dos referidos contratos, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de hedge de fluxo de caixa para o seu registro contábil.

Notas Explicativas

Para que uma relação de cobertura seja classificada como *hedge accounting*, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, foram executados testes prospectivos e retrospectivos de modo a demonstrar que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada deve ser reconhecida no resultado no momento em que ocorre. Estes contratos representam em 30 de junho de 2017 uma cobertura de 65% da exposição e efetividade de aproximadamente 100%.

A metodologia de contabilização e apuração deste instrumento financeiro leva em consideração o valor justo, classificado na hierarquia nível 3, no reconhecimento inicial e a cada período em que são novamente mensurados. Como técnica de valoração do valor justo, a Companhia usou um modelo desenvolvido internamente e aplicou técnicas de avaliação do valor presente por desconto de fluxo de caixa futuros dos contratos de compra e venda de energia. As premissas foram definidas com base em informações históricas de mercado, indicadores macroeconômicos e projeções do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). Na projeção do PLD utilizou-se modelos computacionais para formação de preço, além de premissas internas como hidrologia, despacho térmico, expansão da matriz energética e projeções da carga.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge de fluxo de caixa” foi reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no montante de R$1.514 em contrapartida ao ativo, na rubrica “Ganhos não realizados em operações de hedge”. Os valores acumulados no patrimônio serão transferidos para o resultado quando o item protegido afetar o resultado do período, de acordo com a competência. Até 30 de junho de 2017, o valor reconhecido no resultado com efeito redutor do custo com energia comprada no mercado de curto prazo foi no montante de R$1.396.

27.1.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.06.2017				31.12.2016			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO								
Investimentos de curto prazo	1.383.639	-	1.383.639	-	505.531	-	505.531	-
Ganhos não realizados em operações de hedge	1.514	-	-	1.514	-	-	-	-
Total - Ativo	**1.385.153**	**-**	**1.383.639**	**1.514**	**505.531**	**-**	**505.531**	**-**

Notas Explicativas

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2.

27.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, ambiental e outros riscos financeiros (contábil, atuarial e fiscal).

Notas Explicativas

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia está exposta.

Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a avaliação dos riscos prioritários da Companhia bem como, em bases periódicas, discutir com a administração sua percepção quanto aos riscos tangíveis e intangíveis identificados pela Administração.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Auditoria Interna

A Diretoria de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados aos Diretores, Vice-Presidentes e Conselho Fiscal, periodicamente.

A eficácia dos controles chaves implementadas pela Companhia para garantir a exatidão das Demonstrações Contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais deficiências sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O plano de ação é revisado e acompanhado pela área de controles internos.

Notas Explicativas

Ética e *Compliance*

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de *Compliance* da Companhia visa "conhecer o seu parceiro de negócios", exigindo que a Companhia conduza um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar ou renovar um acordo de negócios. Este processo visa assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as transações comerciais.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. – sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

A partir de 1º de janeiro de 2016, as vendas de energia da Companhia estão sendo efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) rating de crédito: nota para a saúde financeira associada a uma probabilidade de *default* da contraparte. Separados em A, B, C e D, a política não permite fechamento de negócio com empresas de *rating* D; (ii) Limite de crédito: Crédito (em milhões de reais por ano) máximo concedido para cada contraparte, é ponderado pelo rating de crédito e porte da Companhia e (iii) garantia financeira: fiança bancária ou seguro garantia no valor de 3 meses de faturamento, renovados anualmente. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

As vendas realizadas no ambiente regulado possuem como garantia os recebíveis da parte contratante, os quais são firmados por meio de contratos de constituição de garantias.

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia e sua controlada utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R$6.000.000) até 25% (PL superior a R$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R$6.000.000) até 5% (PL superior a R$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de junho de 2017 é a seguinte:

	30.06.2017
Caixa e equivalentes de caixa	200.467
Investimentos de curto prazo	1.383.639
Consumidores e revendedores	244.541
Ganhos não realizados em operações de hedge	1.514
Total da exposição	**1.830.161**

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e sua controlada controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

Notas Explicativas

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e sua controlada também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e sua controlada incluem dentro da estrutura de dívida liquida: debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia e de sua controlada:

	30.06.2017	31.12.2016
Empréstimos e financiamentos	899.989	-
Debêntures	1.512.380	1.445.922
Arrendamento financeiro	688	648
Caixa e equivalentes de caixa	(200.467)	(72.086)
Investimentos de curto prazo	(1.383.639)	(505.531)
Dívida líquida	828.951	868.953
Patrimônio líquido	1.628.360	1.578.099
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	50,91%	55,06%

Do endividamento financeiro total em 30 de junho de 2017, 38,06% (17,68% em 31 de dezembro de 2016) era de curto prazo e o prazo médio era de 3,3 anos (2,7 anos em 31 de dezembro de 2016).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e sua controlada. Para a rubrica “Debêntures” e “Empréstimos e Financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Notas Explicativas

Posição em 30 de junho de 2017	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	439.698	-	-	-	-
Debêntures	-	126.260	137.984	1.388.808	671.607
Empréstimos e financiamentos	-	1.004.642	-	-	-
Arrendamento financeiro	72	305	232	79	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.493	-	-	-	-
Total	**441.263**	**1.131.207**	**138.216**	**1.388.887**	**671.607**

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de junho de 2017.

(b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures, empréstimos e financiamentos remuneradas pela variação do DI e IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

Em 30 de junho de 2017, as aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram alocadas em CDBs, operações compromissadas e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de junho de 2017 é:

	30.06.2017
Caixa e equivalentes de caixa	200.034
Investimentos de curto prazo	1.383.639
Empréstimos e financiamentos	(901.573)
Debêntures	(1.536.548)
Total da exposição líquida	**(854.448)**

Os montantes de debêntures, empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 30 de junho de 2017, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 30 de junho de 2017, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Taxa de Juros	Posição em 30.06.2017	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			**4,62%**	**6,93%**	**9,24%**	**11,55%**	**13,86%**
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	200.034	9.242	13.862	18.483	23.104	27.725
Investimentos de curto prazo	CDI	1.383.639	63.924	95.886	127.848	159.810	191.772
Subtotal		**1.583.673**	**73.166**	**109.748**	**146.331**	**182.914**	**219.497**

			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Taxa de Juros	Posição em 30.06.2017	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			**4,62%**	**6,93%**	**9,24%**	**11,55%**	**13,86%**
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	CDI + 0,90% a.a.	(694.401)	(38.620)	(54.805)	(70.990)	(87.175)	(103.360)
Nota promissória - 3ª emissão	CDI + 1,35% a.a.	(901.573)	(54.386)	(75.494)	(96.601)	(117.709)	(138.816)
Subtotal		**(1.595.974)**	**(93.006)**	**(130.299)**	**(167.591)**	**(204.884)**	**(242.176)**
IPCA			**1,93%**	**2,89%**	**3,86%**	**4,82%**	**5,78%**
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	IPCA + 8,43% a.a.	(329.795)	(34.713)	(38.146)	(41.597)	(45.048)	(48.481)
Debêntures - 5ª Emissão	IPCA + 6,54% a.a.	(189.760)	(16.312)	(18.253)	(20.204)	(22.155)	(24.096)
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	IPCA + 6,78% a.a.	(322.592)	(28.534)	(31.841)	(35.165)	(38.489)	(41.796)
Subtotal		**(842.147)**	**(79.559)**	**(88.240)**	**(96.966)**	**(105.692)**	**(114.373)**
Total da exposição líquida		**(854.448)**	**(99.399)**	**(108.791)**	**(118.226)**	**(127.662)**	**(137.052)**

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures, empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 30 de junho de 2017, a Companhia estava cumprindo os termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 14.7).

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seus contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão. No entanto, há risco dos investimentos realizados em modernização e reformas desde a licitação da Companhia não serem reconhecidos pelo Poder Concedente e, portanto,

Notas Explicativas

não indenizados, uma vez que a regulamentação vigente, publicada para usinas que tiveram sua concessão renovada, ainda não se aplica à Companhia.

(c.2) Risco hidrológico

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é constituído por usinas das regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo ONS, que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico (vazões) e do volume acumulado de água em seus reservatórios, que determinam o despacho otimizado do ONS. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do MRE, o volume total de energia hidrelétrica gerada no mecanismo é alocado para cada usina hidroelétrica do SIN participante deste mecanismo, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de garantia física, independentemente da produção individual de cada planta. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias física e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado “Energia Secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física total das usinas hidrelétricas do MRE, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do mecanismo, através do *Generation Scaling Factor* (GSF), efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições no mercado de energia de curto prazo ao PLD.

Nas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e de origem da energia alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurem.

Anualmente, no mês de dezembro, a ANEEL estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. O PLD máximo é calculado com base no CVU mais elevado de uma Usina Termelétrica em operação comercial, a gás natural, contratada por meio de CCEAR. Para o cálculo do PLD mínimo consideram-se as estimativas de custos de geração da UHE Itaipu e os custos necessários para manter e operar os empreendimentos hidrelétricos, os encargos e a CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Notas Explicativas

Em 13 de dezembro de 2016, foi homologado pela ANEEL os limites máximo e mínimo do PLD, para o ano de 2017. O PLD mínimo foi estabelecido em R$33,68/MWh, com base nos custos de operação das usinas cotistas, adicionado à CFURH. O PLD máximo, foi estabelecido em R$533,82/MWh com base no Custo Variável Unitário (CVU) da usina termelétrica Mário Lago, determinada como térmica de referência.

Desde 2014, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em GSF, que indica o nível de rebaixamento das Garantias Físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo, em geral relacionado à hidrologia adversa e PLD elevado, implicando em significativo impacto econômico.

Embora o período úmido esteja se verificando como o 4° pior da história, no primeiro trimestre de 2017 a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE foi superior as suas respectivas Garantias Físicas, indicando uma energia secundária, principalmente devido à sazonalidade da garantia física das usinas participantes do MRE.

Para 2017, o nível de contratação é de 80%, do total vendido 4% para o ambiente regulado e o restante para o mercado livre. O volume restante da Garantia Física e compras realizadas constituem um mecanismo de proteção contra o risco hidrológico. Importante ressaltar que a margem comercial em 2017 poderá ser impactada principalmente pelo PLD e GSF.

A Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve em 1º de junho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas abarcadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o rebaixamento hidrelétrico (GSF) seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de mérito da ação é classificada como possível. Contudo, em relação a um futuro desembolso de caixa, esse processo é classificado como provável.

No entanto, o Ministério de Minas e Energia (MME) em 18 de agosto de 2015 publicou a medida provisória nº 688/2015 (MP 688/2015), convertida na Lei 13.203/2015, de 09 de dezembro de 2015, dispondo sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos geradores hidrelétricos. Em linhas gerais, existem duas possibilidades para a elegibilidade do gerador com base no seu ambiente de contratação de energia, ACL (Ambiente de Contratação Livre) ou ACR (Ambiente de Contratação Regulada). Em ambos os casos, é necessária a desistência dos geradores nas ações judiciais para assim requererem a repactuação do risco hidrológico.

A ANEEL através da audiência pública nº 32/2015 (AP032) obteve subsídios para estabelecer os critérios de anuência e condições de repactuação do risco hidrológico de usinas hidrelétricas participantes do MRE, descritos na Resolução Normativa ANEEL 684 de 11 de dezembro de 2015, nos termos da Lei 13.203/2015. A Companhia decidiu por não aderir à repactuação proposta por não a considerar atrativa economicamente. Vale ressaltar que a liminar continua vigente e, caso a mesma seja cassada, a Companhia terá que desembolsar o montante de R$366.780 (R$314.996 em 31 de dezembro de 2016), vide detalhes na nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

A ANEEL reabriu a audiência pública n°45/2016 (AP045), cujo o prazo para contribuição foi encerrado em fevereiro de 2017. O objetivo da audiência foi tratar do custo do deslocamento de geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito econômico (GFOM) e importação de energia elétrica sem garantia física.

Em reunião pública de 18 de abril de 2017, a ANEEL aprovou a AP45/2016 em que estabelece o montante de energia elegível, a valoração e as condições de pagamento para os participantes do MRE, do custo do deslocamento da geração hidráulica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e de importação de energia sem garantia física. A aprovação deste mecanismo de mitigação parcial do risco hidrológico não é retroativa, deste modo a liminar ainda permanece válida. O resultado desta AP será válido após a publicação de resolução pela ANEEL.

Com o objetivo de reduzir distorções no sinal de preço de curto prazo, decorrente do despacho térmico fora da ordem de mérito definido na operação real do sistema, foram iniciadas discussões no setor elétrico sobre a necessidade de ajuste no parâmetro de aversão ao risco adotados nos modelos de formação do preço ou, mesmo, alteração da metodologia de aversão ao risco.

A Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (“CPAMP”), em reunião realizada em 18 de outubro de 2016, aprovou a utilização de patamar único para a representação do custo de déficit (“custo da falta de energia”) e de novos parâmetros do Valor Condicionado a um Dado Risco (“CVaR”), a serem aplicados no planejamento da operação e na formação de preço. Tais alterações implicam no aumento da aversão ao risco representada nos modelos computacionais. A depender da hidrologia, da oferta de geração, sistema de transmissão, da revisão dos parâmetros nos modelos, da evolução e projeção da carga do SIN, o valor do PLD poderá ser afetado.

Em fevereiro de 2017 o MME determinou ajuste num parâmetro do CVaR, com efeito a partir da primeira semana operativa de maio de 2017. A alteração do parâmetro lâmbda do CVaR de 25 para 40 está associada ao maior grau de aversão a risco na formação de preço.

Na visão da Companhia, tal adequação é importante para que o PLD reflita, com maior precisão, a realidade das condições operativas do SIN. Adicionalmente, espera-se que o aumento na aversão a risco deverá aumentar o despacho térmico na ordem de mérito, reduzindo a necessidade de despacho por segurança energética.

(c.3) Risco de Recontratação (volume, preço e diferença de submercado)

A estratégia da Companhia é vender energia tanto no ambiente regulado quanto no livre para assegurar a receita da empresa em contratos de venda. Os preços de recontratação dependem do comportamento e das práticas de mercado e a estratégia de volume de contratação prevê uma reserva para proteção contra o risco hidrológico.

Em 30 de junho de 2017, o percentual da energia assegurada vendida para uma carteira diversificada de clientes para 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 é de 80%, 77%, 52%, 39% e 16%, respectivamente.

Notas Explicativas

Destaca-se que a Companhia poderá estar sujeita ao risco de diferença de preços entre submercado caso opte por vender energia fora do submercado no qual a sua garantia física está localizada. Neste caso, em se verificando essa diferença de preços, a Companhia deverá assumir a variação positiva ou negativa de preços no mercado de curto prazo.

A Companhia efetuou operações comerciais para mitigar o risco de exposições à diferença de preços entre submercado, conforme detalhado na nota explicativa nº 27.1.2.

(c.4) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia e sua controlada. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e sua controlada. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e sua controlada terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

(c.5) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia e sua controlada são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e sua controlada. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e sua controlada adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

Notas Explicativas

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

(c.6) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

Visando o cumprimento da legislação ambiental, a mitigação de eventuais impactos e a melhoria contínua de seus processos de controle, a Companhia mantém o certificado do Sistema de Gestão Ambiental em ISO 14001. Além disso, todas as usinas possuem licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. No que se refere à segurança das barragens, a Companhia realiza o monitoramento constante das estruturas de barragens das usinas e pequenas centrais hidrelétricas sob sua concessão, acompanhando o seu comportamento por meio de um conjunto de instrumentos para medição de informações (como pressão e vazão da água). A Companhia possui também um sistema operacional para situação de emergência (SOSEm), que define procedimentos e plano de comunicação no caso de enchentes e perigos de alagamento.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais significativos pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R$50.000.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da AES, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo AES no Brasil é realizado com foco na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da AES, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país incluindo em nosso Planejamento Estratégico e na gestão das práticas empresariais as diretrizes representadas pelos seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Empresa Amiga da Criança.

Notas Explicativas

(c.7) Risco de obrigação de expansão

A Companhia possui obrigação prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do Estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão. Atualmente, há um processo movido pelo Governo do Estado de São Paulo, cujo detalhamento está divulgado na nota explicativa nº 1.2.

28 Informações complementares

Às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	01.01.2017 a 30.06.2017	01.01.2016 a 30.06.2016
Compensações de PIS e COFINS	63.775	72.065
Compensações de IRPJ e CSLL	15.601	2.045

A Companhia e sua controlada classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	01.01.2017 a 30.06.2017	01.01.2016 a 30.06.2016
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	72.414	82.509
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	5.317	9.961
Pagamento de juros conforme nota explicativa nº 14.2	77.731	92.470

29 Compromissos

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, e possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia possui condicionantes de recuperação ambiental oriundo da exploração de potenciais hidráulicos tais como reflorestamento, preservação das margens, produção de peixes, monitoramento de plantas aquáticas, entre outros.

A Companhia não possui garantias prestadas a terceiros e linhas de crédito aprovadas e não sacadas em 30 de junho de 2017.

Notas Explicativas

30 Evento subsequente

Aquisição do Parque Eólico Alto Sertão II

Conforme Fato Relevante divulgado em 03 de agosto de 2017, a Companhia concluiu o processo de aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II. O Complexo Eólico possui uma capacidade instalada de 386,1 MW e está localizado no Estado da Bahia. Para maiores detalhes acerca do histórico desta aquisição, vide nota explicativa nº1.

Assinatura do contrato de aquisição do Parque Solar Boa Hora

Conforme Fato Relevante divulgado em 01 de agosto de 2017, a Companhia assinou nesta data um contrato de compra e venda de ações com as empresas European Energy A/S, Eólica Tecnologia Ltda. e Solar Tecnologia Ltda. para a aquisição da totalidade das ações correspondentes ao capital social do Complexo Solar Boa Hora.

O Complexo Solar foi outorgado no 8º Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos a R$291,75/MWh, com início de operação comercial previsto para 01 de novembro de 2018, com capacidade total projetada de 91 MWp (75 MWca) e investimento associado de cerca de R$300.000.

O valor total da aquisição é de R$ 75.000, a ser pago com recursos disponíveis em caixa. Adicionalmente, o fechamento da Operação está sujeito, ainda, ao cumprimento de condições precedentes e ajustes usuais, comuns para este tipo de operação.

A Companhia informa que protocolará prontamente na ANEEL pedido de alteração das características técnicas do projeto, solicitando a transferência do Complexo Solar, com o objetivo de construí-lo em terreno no Estado de São Paulo, na cidade de Ouroeste, localizado a 3 km de uma das usinas hidrelétricas da Companhia, a Usina Água Vermelha. Com a aprovação de referida alteração, a Companhia aumentará a capacidade instalada do sistema de geração da Companhia no Estado de São Paulo. Caso o pedido de transferência do Complexo Solar para o Estado de São Paulo não seja aceito, a Companhia seguirá com a construção do mesmo no Município de Tacaimbó, no Estado de Pernambuco.

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, divididos em investimentos e juros capitalizados.

2 - Estratégia de crescimento

Tendo como principal objetivo a criação de valor para os acionistas, por meio do crescimento sustentado nos mercados de geração, a Companhia segue em busca de oportunidades para crescer e diversificar sua plataforma de geração. O crescimento se dará através da adição de capacidade instalada de geração a partir de fontes não hidráulicas e com contratos regulados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Adicionalmente, a empresa busca complementar seu portfólio com novas energias/tecnologias, como geração distribuída e armazenamento de energia via baterias. Assim, a estratégia de crescimento da Companhia é de, até 2020, compor 50% de seu EBITDA com fontes não hidráulicas com contratos regulados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo.

b.) Período projetado e o prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

2 – Estratégia de Crescimento

A Companhia divulga sua estratégia de crescimento até o ano de 2020, podendo esta ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Demanda dos consumidores;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Indicadores de crescimento;

- Iniciativas estratégicas; e
- Obrigações regulatórias.

2 – Estratégia de Crescimento

A projeção de estratégia de crescimento da Companhia consiste na expansão da capacidade instalada através de oportunidades que diversifiquem seu portfólio a partir de fontes não hidráulicas, com contratos de longo prazo. Como plano, a Companhia avalia projetos de energia eólica, para cumprir essa meta de crescimento da capacidade instalada e contribuir para a diversificação da matriz energética e para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções eletro-energéticas integradas para seus clientes, como geração distribuída e armazenamento de energia.

As premissas são suportadas por análises internas e cronogramas definidos e gerenciados pela Companhia.

Todas projeções divulgadas pela Companhia refletem somente a percepção da administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes; e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da AES Tietê Energia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos divirjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

A administração ainda esclarece que todas as premissas podem ser influenciadas pela perspectiva dos negócios e às projeções de resultados operacionais e financeiros da administração. Essas premissas, entretanto, são altamente dependentes dos indicadores de crescimento, demanda dos consumidores, obrigações regulatórias que fogem ao seu controle, assim como mudanças do mercado, do desempenho econômico do País, do setor elétrico e do mercado internacional.

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 - Investimentos

Os valores projetados para período de cinco anos (2017-2021), encontram-se na tabela a seguir:

Investimentos estimados – R$ milhões	2017	2018	2019	2020	2021	Total 2017-2021
Investimentos	94,8	65,6	41,0	62,1	79,4	343,0
Juros de Capitalização	19,0	15,5	6,0	6,9	9,2	56,7
Total	**113,8**	**81,1**	**47,1**	**69,0**	**88,6**	**399,6**

Nota: valores nominais

2 – Estratégia de Crescimento

A estratégia de crescimento da Companhia é de, até 2020, compor 50% de seu EBITDA com fontes não hidráulicas com contratos regulados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo.

e.) Acompanhamento e atualização dos valores dos indicadores que são objeto da previsão

Atualização 2T17

Encerrado o segundo trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2017-2021), conforme apresentado na tabela do item "d. item 1".

Atualização 1T17

Encerrado o primeiro trimestre de 2017, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2017-2021), conforme apresentado na tabela do item "d. item 1".

Atualização 4T16

A Companhia atualizou suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2017-2021), considerando replanejamento de manutenções para o período e premissas macroeconômicas, com destaque para taxa de juros e inflação. As projeções atualizadas e substituídas estão apresentadas, respectivamente, nos itens "d" e "e", este último no subitem "Atualização 1T16".

As projeções atualizadas e substituídas serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia e estão disponíveis no site da CVM em http://www.cvm.gov.br/ e no site da Companhia em http://ri.aestiete.com.br/.

A Companhia apresenta um comparativo entre os valores realizados e projetados para o ano de 2016, conforme tabela a seguir:

Investimentos – R$ M	Estimativa 2016	Realizado 2016	Variação
Investimentos	70,7	83,3	17,7%
Juros Capitalizados	15,4	17,7	15,2%
Total	**86,1**	**101,0**	**17,3%**

A AES Tietê investiu em 2016 um total de R$ 101,0 milhões, montante 17,3% superior ao estimado para o período, principalmente em função de antecipação de manutenção e modernização da usina de Água Vermelha no período.

Nota

i. *As informações financeiras apresentadas no acompanhamento das Projeções Empresariais são apresentadas em milhões de Reais e, portanto, os valores totais apresentados nas tabelas podem apresentar diferenças de arredondamento em relação ao somatório dos valores individuas das respectivas linhas.*

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

AES Tietê Energia S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da AES Tietê Energia S.A. (“Companhia” ou “Tietê”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo (SP), 07 de agosto de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC- 1SP132776/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 07 de agosto de 2017.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Charles Lenzi

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino

Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 07 de agosto de 2017.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Charles Lenzi

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino

Diretor Vice-Presidente